Revista

Espaço Transdisciplinar

ISSN: 2526-6470

Volume 03 Número 01 Ano 2019

Faculdade Novo Milênio

periodicosnovomilenio.com.br

FACULDADE NOVO MILÊNIO

DIRETOR

SEBASTIÃO ESTEVAM RECEPUTI

DIRETORA ACADÊMICA

MARISA GONÇALVES ASSIS

SECRETÁRIO ACADÊMICO

RENAN WILDE GONÇALVES MIRANDA

COORD. NÚCLEO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PESQUISA E EXTENSÃO

NELMA GOMES MONTEIRO

EQUIPE EDITORIAL

ALOISIO KROHLING

NELMA GOMES MONTEIRO

TAMARA LOPES

WANIZE ROCHA

EQUIPE DE AVALIADORES

ALOISIO KROLING

CAROLINA NUNES FREITAS

JADSON RAFALSKI

JANAÍNA VAZZOLER

NELMA GOMES MONTEIRO

RAFAELA DOMINGOS LAGO

TAMARA LOPES

WANIZE ROCHA

SUPORTE: REVISTA DIGITAL

FLORÊNCIO AUGUSTO FILHO

SUMÁRIO

1.Comportamento mecânico do concreto com substituição do agregado miúdo por resíduo de cinza do bagaço de cana-de-açúcar (RCBC) 3

2. Coligações partidárias, subsídio para corrupção da política no Brasil 14

3. Merchandising Editorial: a identificação das ações da General Motors na Quadrilogia Transformers 23

4. As influências da cultura afro na construção da identidade cultural capixaba 35

5. Análise jurídica dos benefícios assistenciais 45

6. As práticas de alforria no Espírito Santo (século XIX) 53

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Comportamento mecânico do concreto com substituição do agregado miúdo por resíduo de cinza do bagaço de cana-de-açúcar (RCBC)

PIANCA, Matheus L[1]; BAPTISTA JR, Gercyr B[2]; BÔRTOLI, Evelyn B[3]; SANTOS, Mônica[4]; RODRIGUES Rovena D[5]

RESUMO

O bagaço é um resíduo gerado no processamento das canas-de-açúcar nas empresas sucroalcooleiras. Esse resíduo é usado na geração de energia por meio de queimas nas caldeiras, resultando na cinza do bagaço da cana-de-açúcar (CBC). Atualmente esse resíduo é descartado nas próprias lavouras mesmo sendo um material com poucos nutrientes. Pensando em uma melhor destinação para a CBC, o presente trabalho realizou a adição da cinza do bagaço da cana-de-açúcar no concreto em substituição ao agregado miúdo e avaliou sua resistência mecânica. Para isso, foi feita a caracterização de todos os materiais utilizados e produzido o concreto com substituição parcial do agregado miúdo em 0%RBC (referência), 5%RCBC, 10%RCBC e 15%RCBC No estado fresco foi realizado o ensaio de abatimento do tronco de cone e no estado endurecido foi analisada a resistência mecânica à compressão. Com isso, concluiu-se que a utilização do RCBC 5% de substituição não promoveu ganhos ou prejuízos. Porém, o fato de se substituir um resíduo por um agregado natural e agregar valor a este resíduo já é um fator positivo. A realização desta pesquisa mostrou a importância do estudo de resíduos, para que eles tenham uma melhor destinação, podendo melhorar as características dos materiais utilizados da construção civil ou manter suas características já ajudando assim o meio ambiente através de uma melhor gestão de resíduos.

Palavras-chave. Concreto. Adição de cinza. Bagaço de cana-de-açúcar. Comportamento mecânico

ABSTRACT

Bagasse is a residue generated in the processing of sugarcane in alcohol companies. This residue is used in the generation of energy through burnings in the boilers, resulting in the ash from the sugarcane bagasse. Currently, this waste is discarded in the crops themselves, even though it is a material with few nutrients. Thinking of a better destination for sugarcane bagasse, the present work carried out the addition of the sugarcane bagasse ash in the concrete to replace the fine aggregate and evaluated its mechanical resistance. For this, the characterization of all the materials used was made and the concrete was produced with partial replacement of the fine aggregate at 0% sugarcane bagasse (reference), 5% sugarcane bagasse, 10% sugarcane bagasse and 15% sugarcane bagasse. In the fresh state, the slump test was performed of the cone trunk and in the hardened state the mechanical resistance to compression was analyzed. Thus, it was concluded that the use of the 5% sugarcane bagasse replacement did not promote gains or losses. However, the fact of replacing a waste with a natural aggregate and adding value to this waste is already a positive factor. The realization of this research showed the importance of the study of residues, so that they have a better destination, being able to improve the characteristics of the used materials of the civil construction or to maintain its characteristics already helping the environment through a better management of residues.

Keywords. Concrete. Addition of gray. Sugarcane bagasse. Mechanical behavior.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado o maior produtor sucroalcooleiro (açúcar e álcool) do mundo (CONAB, 2019, p.10). A estimativa de produção de cana-de-açúcar (CDA) para o período de 2019\20 é de 615,98 milhões de toneladas, em uma área de 8,38 milhões de hectares (CONAB, 2019, p.8).

Atualmente a demanda mundial por etanol está crescendo, e o Brasil possui ótimas condições climáticas e um excelente solo favorável ao plantio da CDA, associado às grandes áreas cultiváveis, tornam o Brasil um forte participante na comercialização mundial com elevada competitividade (CONAB, 2019, p.10).

Em função da grande produtividade no setor sucroalcooleiro, muitos resíduos são gerados como a palha, bagaço da cana e embalagens de defensivos agrícolas ou agrotóxicos. O principal é o bagaço da cana-de-açúcar que, em grande parte, é usado como insumo energético, usado na geração de vapor ou substituindo o óleo combustível em processos de aquecimento industrial (FIESP/CIESP, 2001, p.47).

Tendo em vista valores levantados pela revista Saneamento Ambiental para estabelecer um fator de conversão, foi visto que para cada tonelada de cana produzida são gerados 260 kg de resíduos secos de bagaço e para cada 250 kg de bagaço que alimenta a caldeira são gerados 6kg de cinzas, que são dispersas nas próprias lavouras mesmo sendo escassas de nutrientes (FIESP/CIESP, 2001, p.54).

Nos últimos tempos notou-se um aumento progressivo no descarte de resíduos no meioambiente, assim como problemas causados pela carência de matéria-prima natural no setor da construção civil. Esses fatores promovem o avanço de pesquisas nos centros acadêmicos, universidades e empresas na procura por alternativas de melhor aproveitar esses resíduos (SAMPAIO, SOUZA E GOUVEIA, 2014).

Entre as adições mais observadas na constituição do concreto estão as cinzas volantes, a sílica ativa e os resíduos agroindustriais. As mais importantes vantagens da aplicação dessas adições são os ganhos de resistência, estrutura menos porosa o que permite maior defesa a agentes agressivos, enriquecendo sua condição de durabilidade associada a uma maior resistência mecânica (PEREIRA *et al.*, 2015).

O concreto é constituído de quatro matérias básicos: cimento, agregado miúdo, agregado graúdo e água (NEVILLE, 2016, p. 62).

Mas outros materiais de natureza inorgânica podem ser incorporados no traço do concreto como a: escoria de alto-forno, a cinza volante ou a sílica ativa, sendo esses resíduos de processos industriais e costumavam ser mais baratos e possuírem a eficiência requerida (NEVILLE, 2016, p. 62).

Na contemporaneidade o concreto é usado em grande parte dos projetos da engenharia. Estudos mostram que em média são gastos 11 bilhões de toneladas de concreto todos os anos. No Brasil, as concreteiras fabricam cerca de 30 milhões de metros cúbicos (PEDROSO, 2009, p.14).

O resíduo de cinza do bagaço da cana-de-açúcar (RCBC) é um material que vem sendo muito estudado, e vem-se notando em vários estudos que ela melhora a resistência mecânica do concreto (SAMPAIO, SOUZA E GOUVEIA, 2014).

Cordeiro, Filho e Fairbairn (2014) apresentam o estudo sobre o RCBC criadas com uma queima controlada e moagem ultrafina com o objetivo de chegar a máxima atividade pozolânica. Os autores executaram os ensaios laboratoriais e concluíram que quando o RCBC é adicionado ao concreto,

---

[1] Graduando em Engenharia Civil pela Faculdade Novo Milênio.
[2] Engenheiro Civil pela Universidade Vale do Rio Doce – Univale, Mestre em engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da coordenadoria de Edificações do Instituto Federal do Espírito Santo – Campos Vitória.
[3] Engenheira Metalurgista e de Materiais pela Universidade Vila Velha – UVV, Mestre em Engenharia de Metalúrgica e de Materiais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES, Professora da Faculdade Novo Milênio.
[4] Engenheira Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Especialista em Construção Civil – Tecnologia e Produtividade das Construções pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora da Faculdade Novo Milênio.
[5] Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Professora da Faculdade Novo Milênio.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

proporciona características diferenciadas tanto no estado fresco quanto no estado endurecido. A resistência à compressão, referente as variadas adições, ficaram bem próximas no que se refere à penetração acelerada de íons cloreto. A cinza ultrafina do bagaço proporciona reduções de cerca de 30% nos valores de carga elétrica, quando comparado com a referência, a tensão de escoamento foi menor nos concretos com RCBC, o que indica o efeito positivo na reologia do concreto e sem redução da resistência à compressão.

Pesquisas foram feitas também com o concreto autoadensável (CAA) material que apresenta alta trabalhabilidade e moderada viscosidade, em função de suas qualidades, vem sendo feitos novos estudos de adições de RCBC. Santos *et al* (2019) estudaram o comportamento de argamassas autoadensáveis com fíler calcário e com a adição de RCBC em substituição parcial ao agregado miúdo. Concluíram que há relação entre a adição de fíler calcário calcítico (FCC) e viscosidade, onde quanto maior a quantidade de material adicionado menor a fluidez. O estudo mostrou que o FCC pode ser utilizado a fim de aumentar a viscosidade, conforme se aumenta a dosagem de aditivo superplastificante obtém-se uma maior fluidez e menor viscosidade nas argamassas, no estado endurecido a variação apresenta pouca alteração.

Com o objetivo de analisar o comportamento mecânico do concreto, Sampaio, Souza e Gouveia (2014) realizaram três adições de três tipos diferentes de cana-de-açúcar (A, B, C), com substituições de 10%,15% e 20% do cimento (Portland CP II 32 Z RS) por CBC. Os ensaios foram feitos com um traço de 1:2:3 (cimento, areia e brita), com uma relação água/cimento de 0,53 e uma adição de 1% de superplastificante. E concluíram que o uso do RCBC em adição ao concreto se mostrou uma opção bastante viável na melhoria das propriedades mecânicas do concreto para uso em construção civil em geral e também uma destinação adequada ao subproduto agroindustrial.

O estudo da adição do RCBC é de suma importância, pois houve um grande aumento em seu descarte no meio ambiente. Isso repercute diretamente e indiretamente no desenvolvimento sustentável, tema este caro à Engenharia Civil. Portanto, esta pesquisa ganha relevância na medida em que associa esses elementos com o aumento no volume de estudos científicos podendo assim dar um melhor aproveitamento a esse resíduo, tendo assim uma redução de utilização de agregado miúdo, obtendo um concreto com características melhoradas.

Logo, esta pesquisa se propõe a avaliar a resistência mecânica do concreto com adição RCBC em substituição ao agregado miúdo, comparando a resistência mecânica do concreto convencional ao concreto com adição de CBC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais que foram utilizados na produção do concreto para moldagem dos corpos de prova são: cimento Portland CP V ARI (Cimento Portland de Alta Resistencia Inicial), areia de jazida, brita e resíduo de cinza do bagaço da cana-de-açúcar (RCBC).

O cimento Portland CP V ARI, normatizado pela ABNT NBR 16697:2018, foi escolhido por possuir baixas adições minerais.

O RCBC foi extraído da empresa Lasa, que fica localizada em Linhares – ES, e o agregado miúdo natural foi extraído de jazida.

Foram feitos os ensaios de Composição granulométrica, normatizada pela NM 24:2003 que consistiu em secar as amostras de ensaio em estufa e aguardar esfriar até atingir a temperatura ambiente. E, posteriormente, feito o quarteamento como mostra a figura 1.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Figura 1 - Quarteamento da areia

Fonte: Autor

Logo após, foi separado um sexto do total de areia e feito o quarteamento com o quarteador, (figura 2), até que foram atingidas duas massas de trezentos gramas cada.

Figura 2 - Quarteador

Fonte: Autor

O ensaio foi realizado com duas amostras, devido exigência da norma NM 24:2003, de 0,3 kg cada (m1 e m2). Uma vez que de acordo com o quadro 1, a massa mínima de agregado miúdo (DMC < 4,75) por amostra deve ser de 0,3 kg após secagem.

Quadro 1 - Massa mínima por amostra

Dimensión máxima nominal del agregado / *Dimensão máxima nominal do agregado* mm	Masa mínima de la muestra de ensayo / *Massa mínima da amostra de ensaio* kg
< 4,75	0,3*
9,5	1
12,5	2
19,0	5
25,0	10
37,5	15
50	20
63	35
75	60
90	100
100	150
125	300
(*) Después del secado. / *Após secagem.*	

Fonte: ABNT NBR NM 248

O peneiramento foi feito com a série normal de peneiras (4,75 mm, 2,36 mm, 1,18 mm, 0,6 mm, 0,3 mm e 0,15 mm), como mostra a Figura 3, e foi executado iniciando-se da maior abertura para a menor, uma de cada vez com tampa. A agitação da peneira foi feita em movimentos circulares e laterais, tanto no plano horizontal como vertical.

Pesou-se o material que ficou retido em cada peneira e, foi feito outro peneiramento até que, após 1 minuto de agitação contínua, a massa de material passante pela peneira foi inferior a 1% do material retido.

Figura 3 - Peneiras

Fonte: Autor

O material retido na peneira foi removido para uma bandeja identificada, em seguida, escovou-se a tela em ambos os lados para limpar a peneira, considera-se o material

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

removido pelo lado de dentro como retido portanto é colocado na bandeja e, o da parte de fora foi considerado passante. procedimento realizado para todas as peneiras e para a amostra m2 (figura 4).

Figura 4 - Granulometria

Fonte: Autor

Verificou-se que o somatório do total retido de cada peneira para as amostras m1 e m2 não diferiu de 0,3%. A porcentagem retida, em massa, em cada peneira, com aproximação de 0,1%, apresentou a mesma dimensão máxima característica, e os valores de porcentagem retidas individualmente não diferiram mais que 4% entre si.

Como o devido trabalho trata-se da substituição da areia pelo RCBC, todos os procedimentos da analise granulométrica também foram feitos com o RCBC (figura 5).

Figura 5 – Granulometria da CBC

Fonte: Autor

Foi feita também a analise granulométrica dos agregados graúdos, conforme a NM 24:2003 (figura 6).

Com os dados de cada agregado, os cálculos de diâmetro máximo característico (DMC) e módulo de finura são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Modulo de Finura (MF) e Diâmetro Máximo Característico (DMC)

	Areia	Cinza	Brita 0	Brita 1
MF	2,01	1,9	5,49	5,99
DMC	2,36	4,75	12,5	19

Fonte: Autor

As massas unitárias dos materiais foram calculadas de acordo com o “método C” da NM 45:2006, usado para cálculo de massa unitária de material no estado solto.

Esse método consiste em pegar um recipiente de forma cilíndrica fabricado com material não atacável pela umidade e registrar

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

a sua massa quando ele estava vazio. Após isso, ele foi preenchido com o agregado até que transbordasse, utilizando uma concha, e despejado de uma altura que não superasse 50 mm acida da borda superior do recipiente e também foi evitado ao máximo a segregação dos agregados. Após isso, foi feita a nivelação da camada superior do agregado com uma espátula, de forma a rasá-la com a borda superior do recipiente. Logo após a correção da camada, foi registrada a massa do recipiente mais o seu conteúdo e feitos os cálculos de acordo com a norma.

O procedimento foi feito com todos os agregados: agregado graúdo, agregado miúdo e o RCBC.

A preparação do concreto em laboratório efetuou-se de acordo com a ABNT NBR 12821:2009. O traço mostrado na tabela 2 foi obtido em uma concreteira do norte do Espírito Santo com o objetivo de atingir 30 MPa. Com todos os materiais separados de acordo com o traço e porcentagens de adição do RCBC, o agregado graúdo e um terço da água foram misturados na betoneira por 30 segundos. Após isso, adicionado o cimento e mais um terço da água e misturados por mais 30 segundos. Em seguida, adicionou-se o agregado miúdo com as cinzas (o referência foi feito sem cinza) e o restante da água e por fim o aditivo, procedimento realizado para todos os traços.

Tabela 2 – Traço do Concreto

TRAÇO	Cimento (g)	Areia (g)	Brita 0 (g)	Brita 1 (g)	Resíduo (g)	Água (g)	Aditivo (g)
0%RBC 0,54a/c	1000,00	2300,00	610,00	2430,00	0,00	540,00	6,00
5%RBC 0,54a/c	1000,00	2185,00	610,00	2430,00	115,00	540,00	6,00
10%RBC 0,54a/c	1000,00	2070,00	610,00	2430,00	230,00	540,00	6,00
10%RBC 0,60a/c	1000,00	1955,00	610,00	2430,00	230,00	600,00	6,00
15%RBC 0,60a/c	1000,00	1955,00	610,00	2430,00	345,00	600,00	6,00

Fonte: Autor

Com o concreto pronto, realizou-se o ensaio de abatimento do tronco de cone normatizado pela NBR NM 67:1998, que consistiu em umedecer o molde e a placa de base e colocá-lo sobre a placa de base, preenchendo-o com concreto rapidamente em três camadas, cada uma com aproximadamente um terço da altura do molde compactado. No abatimento do tronco de cone com o concreto de 10% de RCBC, observou-se vários vazios pelo fato dele absorver muita água. Com isso, foi refeito o concreto com 10% de RCBC alterando a relação água/cimento de 0,54 para 0,60.

Cada camada recebeu 25 golpes da haste de socamento, distribuída uniformemente. Na compactação da camada inferior, foi necessário inclinar levemente a haste e efetuar cerca de metade dos golpes em forma de espiral até o centro. A placa da base foi limpa e retirado o molde do concreto, levantando-o cuidadosamente na direção vertical. A operação de retirar o molde foi realizada entre 5 s a 10 s com um movimento constante para cima, sem submeter o concreto a movimentos de torção lateral.

A operação completa, desde o início de preenchimento do molde com concreto até sua retirada, ocorreu sem interrupções e completou-se em um intervalo de 150 s.

Imediatamente após a retirada do molde, mediu-se o abatimento do concreto como mostra a tabela 3, determinando a diferença entre a altura do molde e a altura do eixo do corpo de prova (CP), que corresponde à altura média do CP desmoldado, aproximando aos 5 mm mais próximos. Todo o material usado no abatimento de tronco de cone foi descartado.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Tabela 3 – Ensaio de Abatimento do Tronco de Cone

TRAÇO	0%RBC 0,54a/c	5%RBC 0,54a/c	10%RBC 0,54a/c	*5%RBC 0,60a/c	*15%RBC 0,60a/c
SLUMP (cm)	17,8	6,1	0	19,7	2,9

Fonte: Autor

Após o ensaio de abatimento, iniciou-se a moldagem dos corpos de prova (10 cmØ x 20 cm) de acordo com a NBR 5738:2015, Versão Corrigida:2016. Antes do início da moldagem os corpos de prova e suas bases foram convenientemente revestidos internamente com uma fina camada de óleo mineral.

Ligou-se a betoneira rapidamente para ser feito a remistura do concreto afim de garantir uniformidade. Em seguida, colocou-se o concreto em duas camadas com doze golpes em cada e realizado o rasamento da superfície com a borda do molde, empregando para isso uma régua metálica.

Os moldes foram colocados em uma superfície horizontal rígida, livre de vibrações e de qualquer outra ação que poderia perturbar o concreto, cobertos com uma camada plástica para evitar perda de água, durante vinte e quatro horas, sendo então desmoldados e armazenados em solução saturada de hidróxido de cálcio durante um período de seis dias.

Posteriormente, foram retirados para o processo de capeamento com enxofre, figura 7, e rapidamente submetidos ao ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos de acordo com a NBR 5739:1994. Com isso, encontrou-se os valores de resistência.

Figura 7 – Corpos de Prova

Fonte: Autor

Para comprovar se as resistências mecânicas determinadas nos ensaios de compressão (variáveis independentes), bem como a interação entre elas, exercem influência sobre médias das resistências encontradas (variável de resposta) os dados foram submetidos à análises estatísticas dos resultados, utilizando a análise de variância (ANOVA) que possui um nível de confiabilidade de 95%.

Para as médias das variáveis respostas investigadas, realizou-se o Teste de Tukey,

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

através do software Minitab 18, uma vez que os fatores relacionados a um P-valor menor ou igual a 0,05 são considerados significativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

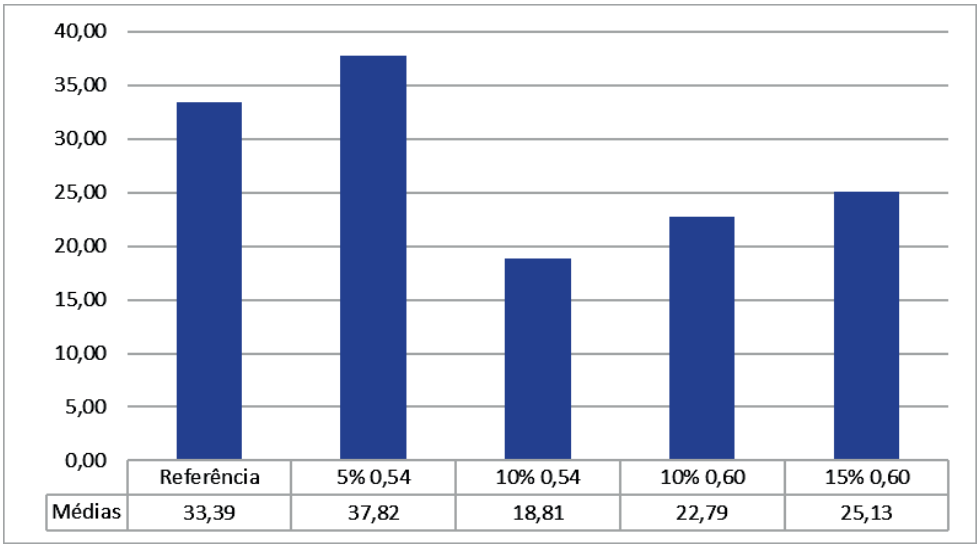
Durante o preparo das amostras houve uma acentuada interferência do RCBC no ensaio de abatimento de tronco de cone do concreto (slump test), tendo como consequência sua redução na ordem 17,8 cm, 6,1 cm, 0 cm, respectivamente, para os concretos RCBC-0%, RCBC-5% e RCBC-10% com relação água/cimento de 0,54.

Esse fato também foi observado por Fernandes et al. (2015) e Sampaio, Souza e Gouveia (2014) que trabalharam com substituição da areia por RCBC, e constataram que com a fração de substituição proposta ocorreu perda de trabalhabilidade dos concretos produzidos. Arif, Clark e Lake (2017) igualmente concluiu que houve uma queda na trabalhabilidade à medida que ia-se aumentando o teor de RCBC mesmo aumentando a porcentagem de superplastificante.

Observando que essa perda de trabalhabilidade iria levar a uma baixa resistência, foram confeccionados CPs RCBC-10% e RCBC-15% com uma relação a/c de 0,60, obtendo slump tests de 19,7 cm e 2,9 cm, respectivamente.

O ensaio de resistência à compressão simples, seguiu o procedimento da ABNT NBR 7215:1997, com o intuito de verificar o efeito do RCBC em diferentes percentuais de substituição do agregado miúdo. Na Figura 8 é possível observar o comportamento do concreto em relação a resistência à compressão.

Figura 8 – Resistência à compressão dos Corpos de Prova



Constatou-se um ligeiro aumento da resistência com a utilização de resíduo de bagaço da cana no percentual de 5% - 5%RCBC 0,54a/c em relação ao de referência.

Observa-se redução de resistência do CP de 10% - 10%RCBC 0,54a/c em relação ao 10%RCBC 0,60a/c devido às questões de trabalhabilidade já mencionadas anteriormente.

Mesmo com o aumento na relação a/c de 0,54 para 0,60, o CP de 10%RCBC 0,60a/c apresentou uma redução na resistência em relação ao 5%RCBC 0,54a/c, com isso espera-se que o concreto de 15% - 15%RCBC 0,60a/c também tivesse uma redução na resistência, fato não constatado nos ensaios.

Devido a essa inconsistência, foi adotada a análise de variância para determinar se as médias dos grupos são diferentes entre si ou não.

Na Análise de Variância (Anova) foi encontrado um valor p = 0,00 com a confiança de 95%, portanto p < 0,05 significando que

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

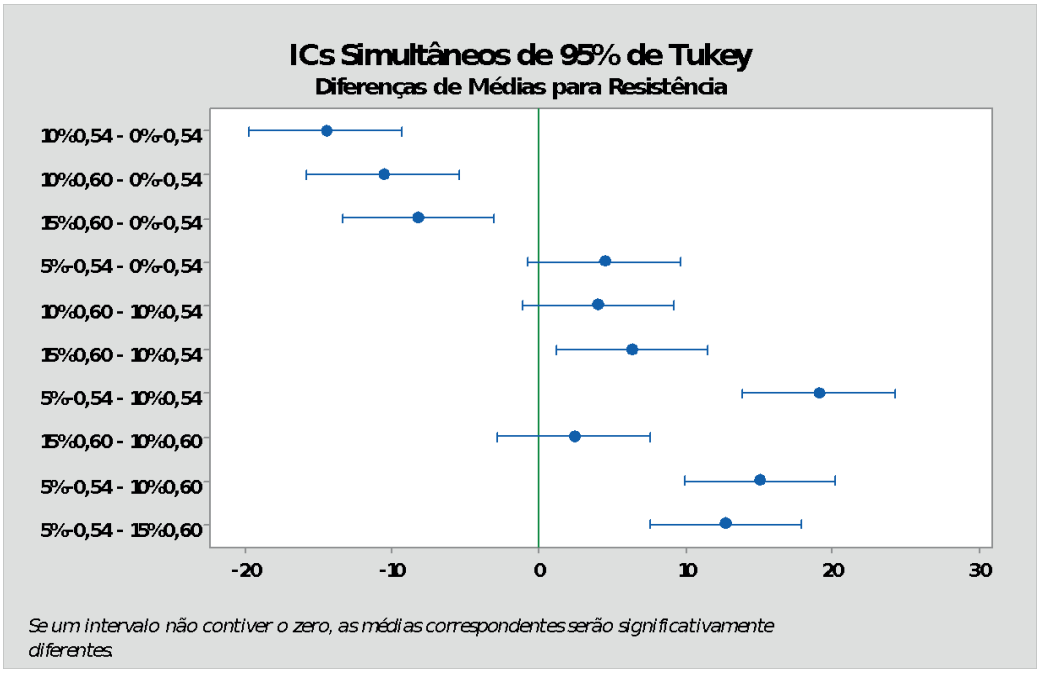
existe diferenças estatísticas entre os grupos analisados, caso o p encontrado fosse p > 0,05 significaria que todos os grupos seriam iguais.

Tabela 4 – Valor – p

Fatores de Variação	Grau de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrado Médio	Valor F	Valor-P	Significância
Corpos de Prova	4	976,41	244,102	43,34	0,000	Sim
Erro	15	84,49	5,632	-	-	-
Total	19	1060,90	-	-	-	-

Foi realizado o Teste de Tukey, método esse que é usado para criar intervalos de confiança para todas as diferenças. Os resultados estão apresentados na figura 9, a fim de verificar a significância entre cada percentual de substituição de RCBC para melhor entendimento do comportamento de tendência dos concretos.

Figura 9 – Teste de Tukey



Fonte: Autor

O Teste de Tukey constatou diferença estatística entre as diversas interações. Verificou-se que a utilização do RCBC 5% de substituição não promoveu ganhos ou prejuízos, fato que não foi possível com a quantidade de 10% e 15% de substituição. Este comportamento pode ser explicado em virtude de que com o percentual de 5% foi possível promover com eficiência o mecanismo de preenchimento de poros, já em percentuais maiores o efeito do empacotamento não pode ser observado.

Arif, Clark e Lake (2017) realizou o teste de resistência à compressão aos sete dias e

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

obteve aumento nos resultados de resistência a compressão axial dos concretos estudados com 5% de substituição de areia por RCBC, efeito esse atribuído ao efeito do empacotamento pelos grãos de RCBC.

De acordo com Ganesan, Rajagopal e Thangavel (2007), pesquisas indicam necessidade de melhorias no processo para a modificação desse resíduo em um material pozolânico ou reativo. A CBC pode sofrer dificuldades de agregação de valor, pois mudanças nos processos das indústrias sucroalcooleiras significam acréscimo de custos. Raramente se tem o controle operacional na temperatura da queima e do resfriamento das cinzas e por isso a homogeneidade não pode ser exigida na produção (SALES e LIMA, 2010). Realizados dessa forma, sem controle, as cinzas usadas em pesquisas jamais serão iguais entre si, ocasionando variações de resultados.

CONCLUSÃO

As análises realizadas neste estudo demonstraram que a incorporação do RCBC no concreto diminui a sua trabalhabilidade. Esta redução é mais significativa com o aumento dos teores de incorporação devido a maior quantidade de finos, que resultam num maior consumo de água. O corpo de prova 5%RCBC 0,54a/c apresentou um ligeiro aumento de resistência à compressão em relação ao de referência, porém dados estatísticos mostram que essas resistências são iguais, concluindo que a utilização do RCBC 5% de substituição não promoveu ganhos ou prejuízos. Porém, o fato de se substituir um resíduo por um agregado natural e agregar valor a este resíduo é um fator positivo, uma vez que possibilita a destinação adequada à um subproduto agroindustrial. Portanto, o uso do RCBC em substituição ao agregado miúdo no concreto se mostrou uma opção bastante viável na produção de concreto promovendo uma melhor destinação ao resíduo, mantendo as propriedades mecânicas do concreto. Podendo ser utilizado em pré-moldados, pisos e obras de construção civil em geral.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16697**. Cimento Portland de alta resistência inicial. Rio de Janeiro, 2018.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR NM 248.** Agregados - Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12821**. Preparação de concreto em laboratório. Rio de Janeiro, 2009.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR NM 67**. Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro, 1998.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 5738**. Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro. 2015.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 5739.** Concreto – Ensaio de compressão de corpos-de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR NM 45. Agregados – Determinação da massa unitária e do volume de vazios. Rio de Janeiro, 2006.

SALES, A.; LIMA, S. A. Use of Brazilian sugarcane bagasse ash in concrete as sand replacement. **Waste Management**. 2010; v. 30, n.6, p. 1114-1122.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, segundo levantamento, agosto/2019 - **Companhia Nacional de Abastecimento**. – Brasília: CONAB 2019.

CORDEIRO, G. C.; FILHO, R. D. T.; FAIRBAIRN, E. M. R. Cinza ultrafina do bagaço de cana-de-açúcar: material pozolânico de alto potencial para países tropicais. **Revista IBRACON de Estruturas e Materiais**. 2014; v.3, n.1 p. 50-67. ISSN 1983-4195

ARIF, E.; CLARK, M. W.; LAKE, N. Sugar cane bagasse ash from a high-efficiency co-generation boiler as filler in concrete.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Construction and Building Materials. 2017; v.151, p. 692-703.

FERNANDES, S. E.; TASHIMA, M. M.; MORAES, J. C. B.; ISTUQUE, D. B; FIORITI, C. F.; MELGES, J. L. P.; AKASAKI, J. L. Cinza de bagaço de cana-de-açúcar (CBC) como adição mineral em concretos para verificação de sua durabilidade. **Revista Matéria**. 2015; v.20, n.4, p. 909-923. ISSN 1517-7076

FIESP/CIESP – FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO/ CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO Ampliação da oferta de energia através da biomassa. São Paulo: 2001.

GANESAN, K.; RAJAGOPAL, K.; THANGAVEL, K. Evaluation of bagasse ash as a supplementary cementitious material. **Cement & Concrete Composities**. 2007; v. 29, n. 6, p. 515-524.

NEVILLE, A. M.: **Propriedades do concreto**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

PEDROSO, F. L. Concreto: material construtivo mais consumido no mundo. **Revista IBRACON Concreto & Construções**. 2009; n.53, p. 14-15. ISSN 1809-7197

PEREIRA, A. M.; SILVA, C. A. R.; QUEIROZ, D. C. A.; MORAES, M. J. B.; MELGES, J. L. P.; TASHIMA, M. M.; AKASAKI, J. L. Estudo das propriedades mecânicas do concreto com adição de cinza de casca de arroz. **Revista Matéria**. 2015; vol.20, n.1, pp.227-238. ISSN 1517-7076

SAMPAIO, Z. L. M.; SOUZA, P. A. B. F.; GOUVEIA, B. G. Análise da influência das cinzas do bagaço de cana-de-açúcar no comportamento mecânico de concretos. **Revista IBRACON de Estruturas e Materiais.** 2014; v.7, n.4, p. 626-647. ISSN 1983-4195

SANTOS, V. C.; VANDERLEI, R. D; MORAES, K. K.; BALBINO, G. M.: Estudo do comportamento da argamassa auto adensável com cinza do bagaço de cana-de-açúcar no estado fresco e endurecido. **Revista IBRACON de Estruturas e Materiais.** 2019; v.12, n.1, p. 179-198. ISSN 1983-4195

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Coligações partidárias, subsídio para corrupção da política no Brasil

LYRA Renato P[1]

RESUMO

O presente artigo pretende discutir a relação existente entre a corrupção e as coligações partidárias e suas consequências na sociedade brasileira. O presente tema prende-se à sua atualidade na atual conjuntura política brasileira e importância ímpar devido à sua relação com democracia e cidadania. Não se pretende tratar de tal temática centrada no campo jurídico, mas dentro das Ciências Sociais. A temática está relacionada muito mais com a cultura política brasileira do que de matéria constitucional, pois as coligações são regidas por leis eleitorais destinadas a regular o jogo dos interesses de grupos sociais e partidários na época pré-eleitoral, que querem garantir a sua aproximação com o poder central, estadual ou municipal, no intuito de buscar espaço político nos ministérios e secretarias para obtenção de emprego, cargos comissionados e outros benefícios, muito mais presos à esfera privada do que pública.

Palavras–chave: coligações partidárias, corrupção endêmica, cidadania, público e privado

ABSTRACT

His article aims to discuss the relationship between corruption and party coalitions and their consequences in Brazilian society. The present theme is related to its relevance in the current Brazilian political situation and unmatched importance due to its relationship with democracy and citizenship. It is not intended to deal with such a theme centered in the legal field, but within the Social Sciences. The theme is much more related to Brazilian political culture than to constitutional matters, since coalitions are governed by electoral laws designed to regulate the interests of social groups and partisans in the pre-electoral period, which want to ensure their approximation with the central, state or municipal power, in order to seek political space in the ministries and secretariats to obtain employment, commissioned positions and other benefits, much more tied to the private than public spher

Keywords: Party coalitions, allowance for corruption Policy in Brazil

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

INTRODUÇÃO

O que define o caráter endêmico à situação que passa a nossa política está relacionado ao fato típico que se tornou peculiar ao nosso país, cultuada pelo nosso povo e impregnada em todas as regiões.

A própria etimologia da palavra *endemia* denota este atributo. ***Endemos***, em grego clássico, que significa "originário de um país, indígena", "referente a um país", "encontrado entre os habitantes de um mesmo país" (BALLY, 1950).

A política no Brasil se prende não a casos episódicos de corrupção, mas à cultura política brasileira e ao modelo político do presidencialismo de coalizão, que revela no fundo um padrão contra a ética política. Em nome da governabilidade se escondem muitos interesses escusos que não são revelados ao todo da sociedade.

Os arranjos partidários feitos de acordo com a tradição multipartidária brasileira relacionados com às questões da cidadania e do avanço da democracia no Brasil servem de cartão de visita para o enraizamento da corrupção em todas as esferas do poder.

Segundo Bugarelli e Kneipp (2002) o Brasil é o país que apresenta o maior número de partidos do mundo e onde se registra a maior fragmentação e instabilidade de continuidade partidária dos seus filiados. As fusões são comuns e a distribuição das bancadas e alianças se mudam ao sabor do sucesso em conseguir mais regalias ou não. Os partidos não estão enraizados nas comunidades e o voto não é partidário com raras exceções em alguns partidos de esquerda. A troca de favores é o que impera e não as ideologias das agremiações partidárias.

Após mais de 20 anos de estabilidade democrática no Brasil, o que demonstra avanço da nossa democracia, é relevante problematizar o caráter republicano dos mecanismos partidários das coligações e do presidencialismo de coalizão, se indagando sobre a corrupção que ao nosso ver tornou-se um problema cultural, onde impera o descaso, o desprestígio a norma fundamental e uma afronta a inteligência do povo de nossa nação.

Os inúmeros fatos de corrupção nos últimos anos e até recentemente, como vem sendo mostrado em rede nacional de comunicação, tem como causa o sistema político atual que privilegia o empreguismo de parentes e cabos eleitorais, a promiscuidade entre público e privado nas licitações de grandes obras, a troca de favores, o clientelismo, as emendas parlamentares dos orçamentos destinando dinheiro para obras locais com cunho eleitoreiro. Esse jogo político entre legislativo e executivo em todos os níveis, estaria ensejando e perpetuando a corrupção endêmica na política brasileira.

- O jogo político para ascensão a governabilidade e o descrédito ao povo após a conquista do poder.

O que realmente defini, de acordo com a nossa política, a forma racional para se chegar ao poder? Antes que qualquer afirmação cabe anotar que a soberania, conforme nos ensina De Plácido e Silva (1992, pg. 244), “é o supremo poder ou o poder político de um Estado, e que nele reside com um atributo de sua personalidade soberana”. O que não deve jamais ser esquecido é que o exercício dessa soberania, ou seja, o uso desse poder emana do povo que, elege seus representantes de maneira direta, afim de que os mesmos, no exercício desse poder, possam de maneira efetiva representá-lo.

Assim, de maneira direta a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal – é aquele em que não se faz qualquer restrição ao cidadão. Assim a qualidade de eleitor é posta a todo o cidadão civilmente capaz - e pelo voto direto.

Essa é a forma do o acesso à governabilidade, por intermédio da maior expressão democrática, o sufrágio universal. Não havendo restrições legais impeditivas ao acesso, em regra, todo e qualquer cidadão

[2] Advogado. Mestre em Ciências Sociais UVV/ PUC-SP, Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Fundação Gildásio Amado. E.mail: rplyra@gmail.com

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

pode candidatar-se e eleger-se. Mas na prática sabemos que é bem diferente. Os arranjos feitos para usar de maneira indevida o poder do povo levaram a criação, por parte daqueles que ha muito exercem esse poder, de um grande e envolvente esquema que garantisse o acesso e a permanência destes no poder.

Feita tal composição passamos a construir a efetiva figura do ser político. A Palavra político de acordo com De Plácido e Silva (1982, pg 389) é originada do latim *politicus* e do grego *politikos*, é usado como adjetivo para designar tudo o que se refere ao governo ou ao poder público. Como substantivo, designa homem que exerce atividades públicas ocupando carpos públicos de investidura eletiva, não excluindo a imensa habilidade nos negócios de administração pública.

Estando informados sobre o que realmente se considera como político, cabe-nos agora trazer alguma consideração sobre política. Nas palavras de De Plácido e Silva (1982, pg 389)) considerada a forma feminina do Grego *politikos*, designa a ciência de um bem governar um povo. Tem como princípio indispensável à realização de um governo o dever de conduzir o Estado, ao cumprimento de suas precípuas finalidades, em melhor proveito dos governantes e governados.

Definidas as bases do pensamento que envolve política e político, a característica de um e de outro, tentaremos elucidar o que norteia o desinteresse do político para com aqueles o elegeram.

Ainda no pensamento de De Plácido e Silva (1982) como sociedade, podemos entender a reunião de pessoas, na intenção de realizar um fim, ou de cumprir um objetivo de interesse comum, para o qual todos devem cooperar e trabalhar. Com a constituição dos Estados, a instituição do poder público, é que se deu início a representação, por parte do político, dos interesses da sociedade. Tais representações, historicamente, foram marcadas por ações políticas, e de certos grupos associados, que se desenvolveram ou se fundaram na prática de manejos desonestos, sempre na preocupação de conseguirem postos de mando, que para seus superiores, quer para apadrinhados, locupletando de maneira ilícita o dinheiro público.

Essa relação do uso indevido do poder e da legítima representação dos interesses comuns de uma sociedade, sempre foi objeto de grandes cientistas, que buscaram, e buscam até hoje entender essa relação, para como se por mágica, enfim, a sociedade pudesse desfrutar com segurança dos benefícios gerados por uma boa gestão pública.

Citado por Thamy Progrebinschi (2009) um dos que mais ousou em sua crítica foi Marx. Ele critica a política, apresenta como resposta para os problemas gerados pelas formas políticas – o principal diz respeito à contradição entre Estado e sociedade - a democracia marxiana. Para Marx a democracia é o enigma resolvido de toda a constituição (1843:87). Marx. Como se numa visão futurista, foi um empreendedor da democracia. É certo que conviveu em outra sociedade, com outros governos, conheceu o egoísmo do homem, homem como membro de uma sociedade burguesa, cujos interesses eram totalmente particulares e desassociados de uma comunidade, mas que mesmo naquela época foram suficientes para estabelecer, nitidamente, que a relação do poder com o homem é o que fez e faz a grande diferença.

Outra situação que pode ser anotada, além da crítica de Marx, para construir nosso argumento, e integrante do pensamento de Thamy Pogrebinshi (2009), é a Revolução Francesa, principalmente pelo fato da publicação da declaração dos direitos humanos, vez que, discute-se o real efeito dessa publicação até hoje. Muitos filósofos teceram críticas ao real interesse que se escondia sob a classe verdadeiramente interessada com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Compactuando com o pensamento de Thamy Pogrebinshi (2009), como podemos perceber desde muito tempo o que se discute é, quais interesses estariam sendo garantidos, ou sendo objeto de garantia, os interesses individuais, os sociais, ou os interesses do Estado? O certo é que para muitos, como Marx, aquela declaração de direitos, continha outros interesses além do

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

publicado, *droits de l' homme(*direitos do homem). Para Marx ali também estavam contidos direitos políticos, pois são direitos que somente poderiam ser exercidos em comunidade com outros homens, sendo o Estado chamado a participar.

Thamy (2009) cita que Revolução Francesa efetivou a separação de Estado e sociedade civil o que serviu de objeto de reflexão e análise por parte de várias outras sociedades. Nascia neste momento à perpetuação dos interesses, mais do que nunca, individuais, porém representados legitimamente com a garantia do sufrágio.

Após essas breves considerações, que complementam o pensamento em torno de político, Estado, Sociedade, fica claro que o jogo de interesses individuais sempre esteve à frente de qualquer outro interesse. Essa fórmula é utilizada há muito tempo. O que justificaria o interesse de ser político, atualmente, senão o interesse individual, e a cobiça pelo poder, além das concessões, e arranjos para benefício próprio?

O desinteresse do político na sociedade, após utilizá-la como escada para a obtenção do poder, certamente ocorrerá a partir do momento em que o mesmo obtenha êxito no pleito, isso por que, desde muito antes os valores sociais nunca estiveram carreando qualquer interesse em primeiro lugar. As estruturas de representação governamental sempre usaram como justificativa para o acesso ao poder, o interesse na sociedade e no bem estar social.

Hoje sabemos que não é bem assim, mas ainda continua funcionando, vez que uma grande parte da sociedade, ainda não é totalmente politizada. Esse é o fato que influencia o político a traduzir todo seu desinteresse no cidadão, que o elegeu, após sua conquista nas urnas.

Políticos agem de maneira escancarada, praticam a politicagem, e financiam a garantia de conquista ou permanência no poder. De maneira mais específica falaremos dos arranjos políticos no tópico seguinte. A sociedade por sua vez é a grande derrotada. Não conseguiria a mesma, a não ser com um grande movimento unificado, mudar drasticamente a situação política atual. O certo é que, os que estão na ponta da cadeia continuam se alimentando e se fortalecendo e o que estão em baixo, cada vez mais, estão fracos e sem perspectivas.

Mas não deve ser esquecido que, quer seja no imperialismo, na república, no comunismo, no nazismo, no socialismo ou na ditadura, a sociedade não deve ser segundo plano, pelo contrário, deve ser privilegiada, ou toda a estrutura montada para conquista ou manutenção do poder pode ruir. Um dos casos mais recentes foi a derrubada da Ditadura de Muamar Kadafi. Assim concluímos que pelos braços do povo se chega ao poder e por intermédios dos braços do povo se é retirado do poder.

- O esquema político das coligações partidárias na democracia brasileira

Primeiramente é interessante informar que a democracia teve suas origens com os gregos. Segundo Augusto Aras a "democracia remonta à Grécia antiga, particularmente a Atenas" (ARAS, 2006, p. 43). O Seu significado equiparava-se ao que acontecia no mundo dos fatos, sendo que o poder de decisão era exercido pelos cidadãos gregos. Entendia-se, desta forma, que todos os assuntos de interesse social para a *polis*, eram discutidos e decididos por eles. Importante elevar o termo *polis* a sua real significativa. Na Grécia *polis* significava um estado que governa a si mesmo (ARAS, 2006). Dessa análise concluímos, pois, que a principal característica da democracia grega era de que o poder de decisão pertencia ao povo, não havia intervenção de ninguém, nenhum mediador ou interventor, entre o povo e o poder de decisão, ou seja, a verdadeira democracia direta.

Em análise ao pensamento de José Afonso da Silva (1997) não podemos deixar de anotar que mesmo sendo a democracia grega uma referência, o que realmente existia era uma democracia da minoria, e que existia somente em seu favor, pois uma grande parte da população era escrava e não gozava de cidadania, inclusive as mulheres, logo não entravam no conceito de povo. Para vários autores a democracia grega não era

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

verdadeira, não passava de uma aristocracia democrática.

Corroborando com o pensamento de Aras (2006), ao analisar a estrutura social Grega, entendemos que com o crescimento da sociedade e o aumento da demanda de assuntos que dependiam de decisão, o processo democrático, na forma de democracia direta, enfrenta problemas. Como representar politicamente o poder, expresso na vontade de cada um, diretamente? Diante da impossibilidade de ver solucionar tal situação, não restou outra saída, fazer uma adaptação ao conceito democrático original. Assim, continuou o poder a ser exercido pelo povo, só que não mais na forma direta, mas sim por meio de representantes, que seriam escolhidos pelo próprio povo, para representarem sua vontade. Surge, então, a democracia indireta, ou mais conhecida, atualmente, como democracia representativa. Assim a representação na democracia seria nada mais, nada menos, do que, o governo do povo, mesmo que historicamente não tenha ocorrido desta forma.

Concluindo esta etapa, que esclareceu o que vem a ser democracia direta e indireta, ou democracia representativa, podemos avançar, uma vez que não será difícil o entendimento sobre o nosso sistema representativo.

Jairo Nicolau (2002, pg. 10) cita que "durante o império, elegia-se representantes para ocupar diversos postos políticos". Prosseguindo no pensamento de Jairo (2002) poucos eram aqueles que podiam participar das eleições expressando seu voto. Se compararmos com o que ocorria na história da democracia, da mesma forma, não seria essa uma devida representação, pois não expressava a vontade de todos, e sim de uma minoria que detinha o poder de manifestar sua vontade por meio do voto. Fica evidente que o propósito era garantir a representação das minorias. Percebe-se que essa tendência, ao longo do tempo foi aperfeiçoada. Fica bem claro que o interesse era de manipular, sempre, as eleições para que o poder ficasse concentrado nas mãos de uma minoria.

Com base no pensamento de Rogério Schimitt (2000), podemos afirmar que desde as eleições do império, até o movimento intitulado como a "campanha das diretas já", o que se viu foi uma secessão de atos em nível de jogo político, que visavam pura e simplesmente beneficiar a classe política deixando a margem os reais interesses democráticos representativos. A democracia indireta que havia substituído a democracia direta demonstra também ser frágil. É certo que as fraudes foram eliminadas, e com o passar dos anos e a evolução da legislação, abriram espaço para o jogo político que garantiria o acesso a governabilidade, tornando-se cada vez mais forte.

Schimitt (2000) aponta que um marco importante que representa muito bem esse jogo político foi promovido pelos partidos políticos na quinta república. Antes, porém nos cabe elucidar, que nas últimas eleições do período militar, apesar da volta do multipartidarismo em 1982, os dispositivos criados na legislação eleitoral em nada contribuíam com os novos partidos, pois os mais favorecidos eram os partidos com diretórios mais organizados. Ficava evidente, que a intenção era prejudicar os novos partidos que foram obrigados a deslocar seus líderes para as eleições majoritárias onde a derrota era tida como certa, uma vez que as coligações continuavam proibidas.

Continuando na análise do pensamento de Schimitt (2000), outro ponto importante que podemos apontar, e entender como objetivo específico de manutenção do poder, por parte do governo militar, foi a obrigatoriedade no alistamento e a ampliação das punições aos faltosos o que gerou um contínuo aumento do número de eleitores durante o período militar, entre 1966 e 1982. Essa manobra, mais uma além de tantas outras publicadas pelo regime militar, foi preponderante para explicar o crescimento da participação eleitoral durante o período autoritário.

De acordo com Schimitt (2000), o cenário para sucessão presidencial de 1985 era muito incerto após a contagem de votos das eleições de 1982, isso por que a oposição fizera maioria na Câmara dos Deputados, além de ter conquistado três governos nos maiores estados brasileiros, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, situação preocupante para o governo militar.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Schimitt (2000) acrescenta que em 1984, o projeto das "diretas já", gozando de um imenso apoio popular quase é aprovado na Câmara dos Deputados pelos partidos de oposição. Estava assim decidida que a sucessão presidencial seria através de eleições indiretas, mesmo diante de um colégio eleitoral desacreditado.

Schimitt (2000) acrescenta que o PDS, a revelia dos militares, escolhe Paulo Maluf para a disputa. Uma dissidência no partido, contrária a candidatura de Maluf, batizada de Frente Liberal, alia-se ao PMDB, após negociar uma coalizão que ficou conhecida como Aliança Democrática. Ficava bem clara a manobra política realizada para ascensão ao poder.

Continuando seu pensamento Schimitt (2000) afirma que a manipulação por intermédio de manobras políticas também fica bem clara quando o TSE publica numa jurisprudência que a infidelidade partidária não se aplicava ás votações do Colégio Eleitoral. Tal manobra viria a beneficiar a Aliança Democrática, isso por que ao negociar a coalizão com a Frente Liberal ficara acordado que a ela pertenceria a indicação do nome do Vice-Presidente. Como a legislação eleitoral em vigor da época determinava que o Presidente e a Vice pertencessem ao mesmo partido, seria impossível a indicação de um nome da Frente Liberal para Vice-Presidência, visto que eram dissidentes do PDS. Assim, garantido pela jurisprudência publicada, José Sarney filia-se ao PMDB, garantindo sua indicação a Vice-Presidência.

Em 1985 Tancredo Neves derrota Paulo Maluf. Termina a transição democrática brasileira, mesmo diante de todo jogo político criado pelo regime autoritário para se perpetuar no poder.

- As coligações partidárias como fonte vital para a corrupção

Antes de formar qualquer tipo de relação entre as coligações partidárias e a corrupção, é importante anotar o significado do mandato (livre) representativo, como forma, intencional, de justificar o uso indevido do poder emanado do povo pelo candidato eleito, provando que depois de eleito não estaria o mesmo vinculado a nenhuma obrigação direta com o povo que o elegeu. Não pretendemos aprofundar a discussão sobre o tema, esmiuçando todos os assuntos que envolvem o sistema eleitoral, mas singularizar o questionamento sobre a sua real existência como benéfico a sociedade.

José Afonso da Silva (1997) assim apresenta o modelo representativo:

O mandato representativo é criação do Estado liberal burguês, ainda como um dos meios de manter distintos Estado e sociedade, e mais uma forma de tornar abstrata a relação povo-governo. Segundo a teoria da representação política, que se concretiza no mandato, o representante não fica vinculado aos representados, por não se tratar de uma relação contratual; é geral, livre e irrevogável em princípio, e não comporta ratificação dos atos do mandatário. Diz-se geral, porque o eleito por uma circunscrição ou mesmo por um distrito não é representante só dela ou dele, mas de todas as pessoas que habitam o território nacional. É livre, porque o representante não **está vinculado aos seus eleitores, de quem não recebe instrução alguma, e se receber não tem obrigação jurídica de atender, e a quem, por tudo isso, não tem que prestar contas, juridicamente falando, ainda que politicamente o faça, tendo em vista o interesse na reeleição**. [...] (grifo nosso) É irrevogável, porque o eleito tem o direito de manter o mandato durante todo o período previsto para a sua duração[...].

Interpretando José Afonso da Silva (1997) sem nenhum tipo de vinculação ou obrigação, não tendo de prestar contas das suas atividades, o político eleito não demonstrará nenhum interesse pelo seu eleitor, a não ser quando em época de nova eleição, para que o mesmo consiga renovar seu mandato.

Cabe então perguntarmos, acerca do regime democrático representativo, no que tange ao sistema de vários partidos multipartidarismo ou pluripartidarismo: será

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

que tal admissão desde o fim do regime militar não foi proposital afim de confundir o eleitor e facilitar as manobras políticas que garantiriam o acesso ao poder?

Vejamos o que nos informa Augusto Aras (2006):

Pluripartidarismo – baseia-se na existência de mais de dois partidos políticos com chances verdadeiras de atingir o poder. Por esse sistema, que pressupõe a disputa de ao menos três partidos, há uma inclinação à formação de alianças e coligações para sustentar a governabilidade. Há quem diferencie o pluripartidarismo do multipartidarismo, definindo-se este último pela existência de uma multiplicidade de partidos muito pequenos, capazes de induzir à instabilidade política, pois poderia pulverizar o Parlamento numa multiplicidade de grupos políticos incapazes de dar sustentação a qualquer programa de governo e levando a perigosa paralisia.

Percebemos que a crítica feita por Aras, com relação ao sistema político do multipartidarismo, é contundente. Esse tipo de sistema coloca em risco qualquer programa de governo pelo simples fato de vários partidos com ideias e interesses diferentes ocuparem o parlamento. Entendemos que dessa forma o jogo político das coligações seria de extremo valor para os menores partidos, a fim de negociar, cargos benefícios e algumas outras concessões.

Na base do pensamento de Schimitt (200) a norma eleitoral, com a readmissão do pluripartidarismo desde 1985, admite coligações partidárias para as disputas eleitorais. É importante destacar que sua origem e existência estão ligadas somente ao processo eleitoral.

Inicialmente vamos expor o que diz a Lei nº 9.504/97 em seu art. 6º**:** "É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário."

Cumpre informar que a nossa legislação permite a coexistência de dois sistemas eleitorais: o **majoritário** e o **proporcional**. Para melhor entendimento, de acordo com as palavras de Jair Eduardo Santana e Fábio Luíz Guimarães (2006, pg 45 e 47) o sistema majoritário é utilizado nas eleições para Presidente da República, Governadores, Senadores e Prefeitos. Já o sistema proporcional é utilizado nas eleições para Vereadores, Deputados Estaduais e Distritais e Deputados Federais, é através dela que é assegurada a participação dos diversos seguimentos da sociedade organizados em partidos políticos.

O entendimento de alguns doutrinadores quanto aos sistemas eleitorais e os sistemas partidários é que um seria mais indicado ao tipo do outro. Vejamos o que diz Maurice Durverger, citado por Nicolau (1996): “o sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos [bipartidarismo]; o sistema majoritário de dois turnos e a representação [sistema] proporcional tendem ao multipartidarismo”.

O que se percebe é que além dessa interferência que os sistemas eleitorais provocariam nos sistemas partidários, outra situação fica bem evidente, a de que os sistemas eleitorais estariam para favorecer os maiores partidos e prejudicar os menores. Fica claro o meio e a forma para proliferação da corrupção, dada a interferência que os sistemas eleitorais provocariam nos sistemas políticos.

Podemos, então, questionar qual o real interesse da classe política em alterar o sistema político? Que vantagens imediatas podemos visualizar para a sociedade? Desse jogo político não resta nada além do interesse em afastar a política cada vez mais do entendimento do povo, fazendo com que a cultura do desinteresse se perpetue. Será que toda a população brasileira votante, se lembra em quem votou nas últimas eleições? Com quantos votos seu candidato foi eleito? A que coligação ele pertencia? Essas são perguntas que podem ficar sem resposta, mas que são de vital importância, visto que, no jogo político, o que vale é a conquista do poder, não importa de que forma.

Importante destacar que o sistema político brasileiro, dada a sua organização, do espaço para que ocorra a corrupção. Um fato

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

interessante, a destacar, é o financiamento das campanhas que, em grande parte, é essencialmente privado. Isso faz com que uma grande parte dos atuais partidos existentes façam da sua vida partidária um imenso balcão de negócios. Analisando a forma em que o sistema político brasileiro está organizado, podemos concluir que a corrupção é um fenômeno político.

A fragmentação dos sistemas eleitoral e partidário influi na construção de alianças que não tem qualquer confluência, e que geralmente não tem programação específica voltada para as necessidades dos Estados, e busca um único fim, alocar os grupos que fazem parte da mesma no poder. O resultado dessa triste ação é a descaracterização das políticas públicas devido a grande relação de interesses privados que estão por trás dos partidos políticos, relações essas genuinamente montadas em época de campanha, devido ao financiamento privado das mesmas.

Mesmo com a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado que aprovou a proposta de emenda a Constituição (PEC 40/2011) que acaba com as coligações nas eleições proporcionais - para Vereadores, Deputados Estaduais e Distritais e Deputados Federais – não há uma garantia de diminuição da corrupção, isso por que permanecerão para as eleições majoritárias – para presidente, governador prefeito e senador – não sendo garantia de que não serão feitas também de maneira passageira ajustadas aos interesses individuais, pois em sua grande maioria são feitas sem que haja qualquer afinidade ideológica e de governo entre os partidos coligados. Será que um dia teremos realmente partido políticos na sua essência ideológica ou continuaremos a sustentar a promiscuidade partidária existente na política brasileira.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou traçar, diante do tema proposto, a ligação da corrupção no meio político, justificada pelos sistemas eleitorais e partidários. Buscamos nas base histórica um sentido para o surgimento da democracia representativa, bem como solidificar os conceitos fundamentais para sobre sociedade e sua real função, sobre o político e sobre os sistemas eleitorais e partidários, como forma de encontrar o eixo de ligação entre o jogo político para ascensão a governabilidade e o descrédito ao povo após a conquista do poder, o esquema político das coligações partidárias na democracia brasileira e as coligações partidárias como fonte vital para a corrupção.

Tomando por base os ensinamentos de Marx procuramos demonstrar, através da separação do Estado da sociedade, o surgimento de direitos e interesses que iam além daqueles que poderiam ser exercidos em comunidade pelos homens, sendo o Estado chamado a participar, o que culminou com à perpetuação dos interesses individuais, com a garantia do sufrágio.

Demonstramos que com o surgimento da democracia representativa o povo deixava de participar efetivamente das decisões, passando esse poder de decisão para um representante que atuaria de acordo com a vontade do próprio povo. De certa forma colocamos em questionamento a realidade dessa representação, ao apresentarmos o jogo político das coligações, pontuando como ocorre a manipulação da Lei para garantir, àqueles que deveriam representar a vontade do povo, o acesso ao poder, e que esse jogo político desconsidera totalmente tal capacidade de representação, fazendo com que os interesses políticos individuais se sobressaiam aos interesses do povo.

Por fim demonstramos que com o passar dos anos a democracia representativa mostrou-se fragilizada, pois o privilégio aos interesses individuais dos representantes fizeram com que o povo se tornasse refém dos seus próprios ideias, uma vê que o representante não fica vinculado aos representados, não está representado somente daqueles que o elegeram e sim de todos que habitam o território, assim sendo não está vinculado aos seus eleitores, não

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

tendo que prestar contas de nada, a não quando por interesse pessoal de reeleger-se.

Assim, diante desse quadro de privilégios dos interesses individuais, alianças, coligações, coalizões que, em nada privilegiam o interesse do povo, o quadro da corrupção se amplia estando cada vez mais distante o dia em que veremos, verdadeiramente, a democracia imperar em toda sua plenitude.

REFERÊNCIAS

ARAS, Augusto. **Fidelidade partidária: a perda do mandato parlamentar.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 428p.

BURGARELLI e KNEIPP A. **A Pluralidade de Partidos Políticos.**n Belo Horizonte: Del Rey, 2oo2.

BAILLY, A. - **Dictionnaire grec-français**, 16. ed. Paris, Lib. Hachette, 1950.

SILVA, De Plácido e S582V. **Vocabulário Jurídico.** 7. Ed. Rio de Janeiro, Forense, 1982. 4v.

PROGREBINSCHI, Thamy. **O Enígma do Político, Marx Contra a Política Moderna**, Editora Civilização Brasileira 2009, 392 p.

SANTANA, Jair Eduardo. **Direito Eleitoral: para compreender a dinâmica do poder político**. / Jair Eduardo Santana, Fábio Luiz Guimarães. 2.e. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 302 p.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Merchandising Editorial: a identificação das ações da General Motors na Quadrilogia Transformers

ZARDO Deny[1], SANTOS Luana[1], SILVEIRA Raphael N[1], SETA Roger C[2]

RESUMO

Neste trabalho, de início é apresentada com o referencial teórico, a conceituação do marketing e do *merchandising*. Após uma análise minuciosa acerca dos elementos que compõem o *merchandising editorial*, que abrange seus formatos de aplicação, pontos positivos e negativos, é realizado um estudo de caso. Este estudo consiste na identificação das ações de *merchandising editorial*, aplicadas pela montadora *General Motors* na quadrilogia de filmes *Transformers.*

Palavras-chave: Marketing. Merchandising. Cinema. Transformers General Motors

ABSTRACT

In this paper, at first it appears to the theoretical framework, the concept of marketing and merchandising. After a thorough analysis on the elements that make up the editorial merchandising, covering your application formats, strengths and weaknesses, it conducted a case study. This study is to identify the actions of editorial merchandising, applied by General Motors assembly plant in quadrilogy Transformers movies.

Keywords. Marketing. Merchandising. Cinema. Transformers. General Motors

INTRODUÇÃO

O merchandising no ponto-de-venda (PDV) vem através dos tempos, ganhando força e formatos variados, onde cada vez mais, o produto, que é o foco desta atividade, é tratado e reformulado de forma a atrair os olhos do consumidor. Costa e Crescitelli (2003) afirmam ao dizer que o merchandising tem o dever de destacar e enriquecer o produto, com o propósito de valorizar a marca, tirando o foco do concorrente e levando o consumidor a adquirir no momento final da compra o produto melhor exposto.

Tal atividade, não poderia ficar presa somente ao PDV físico, pois o lucro que o merchandising gera, quando bem aplicado, atrairia novos olhares e novas aplicações a diferentes nichos. É neste sentido que é elaborado o merchandising editorial, que transforma o cinema e a TV em um novo ponto-de-venda (na visão dos autores e diretores de filmes e novelas). O sucesso da atividade é confirmado também por Costa e Crescitelli (2003, p. 236) ao citarem que estas ações de comunicação, são de "grande efeito, pelas suas características, e que em virtude de pegar o expectador desprevenido resultam em menor índice de dispersão, além de mais tempo para exposição e demonstração do produto".

O merchandising editorial alimenta diversas controvérsias, na qual ainda é dito que tal atividade não deve ser comparada ao "verdadeiro" merchandising (BLESSA, 2003). Porém grandes empresas e redes de televisão utilizam desta prática, algumas de forma constante, aplicando-o em cada novo filme ano após ano. Um exemplo a citar, é a até então quadrilogia de filmes, dirigida pelo diretor americano Michael Bay: *Transformers*, que conta a história de uma raça alienígena de robôs que decidiram viver camuflados na forma de automóveis e aviões entre os humanos.

Inicialmente, *Transformers* que teve seu surgimento em 2007, seria uma trilogia, porém, Michael Bay resolveu apostar suas fichas em mais um filme. Lançado em 2014, o quarto

1. Alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Novo Milênio.
2 Prof. Me do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Novo Milênio. Roger.seta@novomilenio.br

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

filme estreou com atores diferentes e carros robustos e elegantes, na qual os principais automóveis da franquia, desde o início da saga, são da multinacional *General Motors* ou apenas GM.

Após quatro filmes, onde a GM esteve presente em todos, buscou-se compreender o formato utilizado pela marca para cumprir seus propósitos no meio eletrônico. Com isso surgiu então o problema: Quais são as ações de merchandising editorial que a GM aplicou na quadrilogia *Transformers*?

Assim, para responder a essa pergunta, o trabalho traz como objetivo Geral: Identificar quais foram as ações do merchandising editorial da *General Motors*, na quadrilogia *Transformers.* Contudo, para sustentar esse objetivo, ainda temos como objetivos específicos: conceituar o marketing e o merchandising*;* analisar os elementos que compõem o merchandising editorial; descrever os filmes *Transformers* e a empresa *General Motors*; analisar o merchandising aplicado pela GM dentro dos filmes; identificar as ações por meio de um estudo de caso

METODOLOGIA

Para este trabalho, foi usado o tipo de pesquisa exploratória, que consiste no método de identificação e listagem dos conceitos para resolução do problema base. Para tal, deve-se definir os elementos de estudo, explorar o problema para então prover critérios que levem a compreensão do conjunto por inteiro, além de sugerir ideias para as futuras pesquisas que possam ocorrer dentro do tema abordado. (MALHOTRA, 2001). O uso da pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2010, p.27). Para Malhotra (2001, p. 105) "a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão". Para maior profundidade das hipóteses e para uma análise coerente do material fonte do problema, chega-se ao módulo eficaz para se concluir esta pesquisa, que é através de um estudo de caso.

Gil (2010, p. 37) menciona que "o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Este trabalho se aplica à modalidade de estudo de caso, por ser uma pesquisa de objeto único, na qual se caracteriza como caso específico, o estudo do merchandising da *General Motors* nos filmes *Transformers*. Esta afirmação é confirmada por Tull (apud BRESSAN, 2000) ao citar que "um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular". Esta situação única terá sua análise melhor explorada a partir deste estudo e que não sustentamos a ideia de uma simples pesquisa, por se tratar de um objeto único, abrangente e de profunda necessidade de análise.

Para a coleta dos dados, inserida nesta pesquisa se encontra uma ficha de observação, que se baseia na observação sistemática, que Gil (2010, p.122) menciona como "adequada para os estudos de casos descritivos" na qual "o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade, da organização ou do grupo são significativos para alcançar os objetivos pretendidos". Foi criada uma ficha de observação que foi essencial para a coleta e interpretação dos dados do material de pesquisa e só foi possível após a estruturação do referencial teórico.

- ***Marketing***

Conceito

Marketing é uma prática que seu termo em inglês significa *ação no mercado,* para Kottler (2000, p. 30) "quando se usa uma definição gerencial, o marketing é frequentemente descrito como a *arte de vender produtos*". A venda não se baseia apenas na superfície do mercado, mais do que isso, para se vender (ou fazer o produto se vender) é preciso se aprofundar em técnicas e meios que envolvam a marca, produto, indústria, distribuidor consumidor num ritmo fluente e transparente.

Todo esse processo bem aplicado é o que faz do marketing realmente uma arte. Las Casas (1997, p. 14) define o termo como "o desempenho das atividades comerciais que

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

dirigem o fluxo de bens e serviços do produtor ao consumidor ou usuário", tais atividades se resumem a técnicas que bem administradas, levam a marca, produto e serviço ao resultado que se é esperado desde o princípio: a venda.

Com isso, fica claro que para uma relação favorável a este processo de troca, o ambiente precisa ser negociável. Se torna crucial trabalhar não apenas com o quanto o produto irá suprir as necessidades de cada um, mas também se deve levar em consideração, o quanto o produto se estabelecerá diante a todos.

Porém, Kottler (2000, p. 47) afirma que "o conceito de marketing não aborda os conflitos potenciais entre desejos e interesses dos consumidores e o bem-estar social a longo prazo". Neste ponto é possível entender que o marketing pensado no futuro, leva a empresa a trabalhar de um modo fora do convencional. "Elas devem equilibrar e fazer malabarismos com três considerações frequentemente conflitantes: lucros para a empresa, satisfação dos desejos dos consumidores e interesse público" (KOTTLER, 2000, p. 47). O marketing pensado em longo prazo corre riscos, pois tais desejos e exigências da sociedade, mesmo que de forma lenta, mudam com o tempo através de inúmeros fatores, sejam eles internos ou externos. Cabem às empresas se atentarem a essas mudanças com estratégias apropriadas a cada tipo de situação no tempo certo (LAS CASAS, 1997).

Ou seja, além de suprir as necessidades, é preciso coordenar se existirão produtos ou serviços para atender a procura ou até mesmo se a produção está sendo maior que o consumo. Para tal, um equilíbrio deve ser traçado, uma vez que "todo esforço mercadológico culmina em resultados de manutenção, retração ou ampliação de mercado" (COBRA, 1997, p. 21). Todo esse esforço deve ser fluente, para se investir no que der certo e abandonar o que sair errado, pois a oferta depende da demanda, que flui em função do tamanho do mercado ou procura de certo produto. Costa e Crescitelli (2003, p. 26) complementam ao dizer que "a empresa estabelecerá seus esforços de marketing, traçará seus objetivos e definirá as estratégias".

O composto

Para se chegar à venda e aos demais fatores encontrados no composto mix, já que só a venda não é o meio único para o sucesso, pois como Kottler (2000, p. 30) mesmo mencionou, "vender é apenas a ponta do iceberg de marketing", é preciso (antes de mesmo de se decidir quais técnicas ou táticas, serão eficazes para se por em ação) ter uma estratégia.

O termo estratégia é definido por Ries e Trout (1989, p. 6) como "uma orientação *coerente de* marketing*"* e que ela precisa ser "coerente no sentido de estar focalizada na tática selecionada". Envolver o cliente se torna fator primordial em marketing, estudá-lo e compreende-lo são umas das estratégias principais nesse meio, já que "a meta é conhecer e compreender tão bem o cliente que o produto ou serviço se adapte a ele e se venda por si só" (DRUCKER, apud KOTTLER, 2000, p. 30).

Por conta destes problemas envolvendo produto, distribuição, preço e promoção, que o composto mercadológico se torna imprescindível em qualquer operação de marketing. As atividades destinadas neste composto dão o tom certo para que as empresas possam verificar, por exemplo, "se o enfoque de produção e de qualidade do produto é questão primordial, para melhor orientar sua decisão de produto e de serviços, ou se existem outras prioridades" (COBRA, 1997, p. 23). Por estas questões principais, que estas variáveis são chamadas de *pilares do marketing*.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Composto de marketing com suas subdivisões.			
Produto	**Preço**	**Distribuição (Praça)**	**Promoção**
Testes e desenvolvimento de produto	Política de preços	Canais de distribuição	Propaganda
Qualidade	Métodos para determinação	Transportes	Publicidade
Diferenciação	Descontos por quantidades especiais	Armazenagem	Promoção de Vendas
Embalagem	Condições de pagamento	Centro de distribuição	Venda pessoal
Marca nominal			Relações públicas
Marca Registrada			*Merchandising*
Serviços			Marca nominal
Assistência Técnica			Marca Registrada
Garantias			Embalagem

Quadro 1. COMPOSTO DE MARKETING. Fonte: Las Casas, 1997, p. 18.

- ***Merchandising***

Segundo Blessa (2003, p. 33) "a palavra inglesa *merchandise* significa "mercadoria", e *merchandiser* significa *negociante"*. Seguindo esta linha de raciocínio, a tradução de merchandising seria mercadização, nome este que não corresponde ao significado real em que esta atividade é conhecida. O termo correto a ser utilizado, seria a derivação da palavra merchandise, que se pode traduzir como "operação com mercadorias", ou seja, é a atividade que trabalha e lida todos os aspectos acerca do produto, desde sua embalagem, distribuição, apresentação, divulgação, exposição, percepção e por fim e tão importante quanto, a venda (BLESSA, 2003).

Com os dados apresentados, se pode concluir que merchandising é o conjunto de técnicas responsáveis pela informação e "apresentação destacada dos produtos na loja, de maneira tal que acelere sua rotatividade" (BLESSA, 2003, p. 18). Pinho (2001) e Las Casas (1997) compactuam de um mesmo conceito em que o merchandising é uma operação necessária de planejamento para se expor o produto no tempo e lugar certos, com o preço e quantidades certas no mercado.

Cobra (1997, p. 444) complementa ao dizer que o merchandising "compreende um conjunto de operações táticas efetuadas, no ponto-de-venda, para se colocar no mercado o produto ou serviço certo (...) com o impacto visual adequado e na exposição correta". Com isso se pode concluir que o produto tem todo o foco neste segmento, onde as ações envolvem também alterações no *layout* da loja, adequações da imagem e exposição do produto no ponto-de-venda (PDV) e além desses fatores, o acompanhamento do desempenho diante aos consumidores é essencial (BLESSA, 2003).

- Merchandising no meio físico

No meio físico, onde o termo ocupou espaço, o merchandising se tornou uma ação que transformou o PDV num campo de batalha moderno. Nesse campo é onde várias marcas disputam a atenção de uma única pessoa ou de um conjunto com interesses e gostos diversos. Desse modo, existe um forte apelo num momento primordial de toda decisão, ou seja, a hora da compra, que é justamente neste ponto em que o vencedor será aquele bem munido de ações e técnicas certas. Blessa (2002, p. 18) define que esta ferramenta:

> (...) é qualquer técnica, ação ou material usado no ponto-de-venda que proporcione informação e melhor visibilidade a produtos, marcas ou serviços, com o propósito de motivar e influenciar as decisões de compra dos

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

> consumidores. É o conjunto de atividades de marketing e comunicação destinadas a identificar, controlar, ambientar e promover marcas, produtos e serviços nos pontos-de-venda.

Seguindo esta definição, para se chegar a meta estabelecida por cada marca, ações devem englobar e envolver o consumidor para que ele, mesmo que não tenha intenção de comprar nada, saia do supermercado com sacolas cheias. Porém, para que isso aconteça, num mercado cada vez mais competitivo, ganha quem melhor planejar, acompanhar e atualizar o merchandising, não em um só período, mas sim, se possível, durante todos os dias. Uma vez que o público muda a cada dia, o consumidor de hoje, não é o mesmo de ontem e nem será o mesmo de amanhã e o merchandising precisa agir como um eterno romance, conquistando a atenção e fidelidade dia-a-dia.

- Merchandising no meio eletrônico

Para entender o termo e suas variações, é preciso voltar o início e tudo começa quando o cinema é descoberto como um meio que além de entreter, também pode gerar vendas futuras e até definir e alterar conceitos sobre marcas e produtos. Esta prática nomeada de merchandising editorial ou *product placement,* segundo Blessa (2003) tem como finalidade incluir de forma sutil serviços, produtos, marcas e empresas na programação televisiva.

Pinho (2003, p. 80) complementa e afirma que esta atividade também envolve inclusões "de menções ou aparições de forma aparentemente casual, em programas de televisão ou rádio, filme cinematográfico, espetáculo teatral etc.". Ou seja, ambos os autores sugerem que essas inserções devem surgir de forma quase que invisível, deve fazer parte da cena e se adaptar ao roteiro a fim de gerar vendas e arrecadações futuras do produto, serviço ou empresa.

Veronezzi (2009, p. 190) cita que o merchandising vem sendo utilizado "para quase tudo que não seja comercial tradicional", entre os meios em que sua utilização se tornou corriqueiro estão "comerciais ao vivo, testemunhos endossados por apresentadores, ações promocionais dentro de programas, musiquinhas cantadas, e até eventos promocionais".

No cinema o *product placement* também é denominado como "a técnica de incorporar marcas em filmes em troca de dinheiro, promoção ou algum benefício concedido pelo anunciante" (GUPTA; GOULD apud MARZOTTO; TIETZMANN, 2013, p. 4). Porém, esta prática deve ter como objetivo a publicidade sem a percepção clara que a presença do produto em cena, está gerando lucro financeiro para os produtores do filme (VERONEZZI, 2009).

Toda inserção deve ser limpa, sem ruído, com o produto fazendo parte da cena em sua forma natural de utilização. Também deve ser relacionado a personagens, pensamentos e lugares positivos, com respeito a seu respectivo público alvo para que não haja ou passe a existir uma imagem negativa e rejeição por parte do telespectador (COSTA; TALARICO apud PINHO, 2001), uma vez que:

> Um bom Placement ajuda a montar o perfil do personagem, que usufrui do posicionamento que a marca já possui, e auxilia a marca a reforçar sua brand personality (personalidade da marca, em português) com as características e ações do personagem. Sem contar com apoio financeiro que uma grande empresa pode oferecer a produção de um filme, série, ou programa, essas empresas também ajudam na divulgação gerando um buzz positivo (MARZOTTO; TIETZMANN, 2013, p. 4).

O nome merchandising editorial, termo mais usado no Brasil, é visto como muitos como controverso por não se tratar do verdadeiro merchandising, que é utilizado no PDV e que além do termo *product placement* é conhecido também como *TIE-IN* em alguns países (BLESSA, 2003).

- ***Merchandising editorial***

O merchandising editorial além de complexo, ainda possui classificações que aprimoram seu conceito e aplicação. Todavia, antes de classificá-lo, se deve entender que o

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

cinema ainda possui uma linguagem que transforma a introdução de marcas e serviços nos filmes, uma constante. Na televisão a linguagem é polimórfica, na qual Comparato (1995, p. 54) explica que durante "uma hora de programação temos diversos tipos de linguagem, como por exemplo, telenovelas, filmes, noticiários, publicidade etc.". No cinema esta linguagem é monomórfica, pois durante um filme, apenas um tipo de linguagem é reproduzido por cerca de duas ou mais horas, com o estilo definido pelo diretor e roteiro do autor. É durante a reprodução do filme em que se pode detectar a presença da *publicidade encoberta*, popularmente conhecida como merchandising (COMPARATO, 1995).

No cinema, essas ações do merchandising, segundo Schiavo (apud FELTRIN, 2011, p. 3-4) devem ser executadas a partir dos seguintes modelos:

> 1. Menção no texto: quando as personagens mencionam o nome da marca ou produto num diálogo; 2. Uso do produto ou serviço: quando a cena mostra a utilização do produto ou serviço pela personagem, onde a marca e o modelo são destacados; 3. Conceitual: a personagem explicita para outro as vantagens, inovações, relevâncias e preços do produto ou serviço; 4. Estímulo visual: o produto ou serviço é mostrado de forma a ser apreciado, visto no contexto da totalidade da cena, devidamente explorado pela câmera.

Estes quatro tópicos citados por Schiavo são de extrema importância para um merchandising eficaz, mas não de forma bem-feita como é recomendado. Contudo, para uma melhor obtenção de lucros, a produção irá utilizar de meios para não se sair prejudicada e que no final das contas, os anunciantes cubram uma boa parte do orçamento do filme, já que este é resultado esperado com a aplicação desta prática. Temos essa comprovação ao analisar que "várias grandes produções de Hollywood foram realizadas graças às polpudas verbas de merchandising", temos como exemplo o caso "[...] de *Minority report,* que teve 31% do seu custo total financiado por merchandisings" (VERONEZZI, 2009, p. 191).

- Classificações

Classifica-se o merchandising no cinema em dois tipos, o vertical e o horizontal. Comparato (1995, p. 55) define que horizontal "é aquele que se apresenta no cenário, sob a forma de uma bebida colocada em cima de uma mesa, ou representado pelos automóveis que as personagens conduzem". Entende-se de merchandising horizontal, toda inserção que surge na cena de forma suave, como por exemplo, quando uma personagem recebe uma ligação e ao atender o celular, deduz-se que a marca do aparelho é *Apple* por conta da "maçãzinha" que aparece por questões de segundos na cena.

No vertical, por sua vez, o roteirista é quem cria e molda a cena em função do produto em que ele recebeu para anunciar, neste formato, a personagem atua com ou fala sobre o produto (COMPARATO, 1995). Araujo *et al* (apud MACHADO; SILVA, 2013, p. 5) complementa que este estilo de merchandising "apareceu com o objetivo de baratear os custos de produção cinematográfica. Marcas, produtos e empresas passaram a figurar nos enredos, dentro das ações de personagens e cenários".

Um exemplo claro acontece no filme *O náufrago* de 2001, onde o personagem Chuck (interpretado pelo ator Tom Hanks), após um acidente de avião fica isolado numa ilha tendo como companhia apenas uma bola de vôlei da marca *Wilson*. Durante todo o filme, Chuck interage com a bola e até mesmo, trata o objeto como um amigo, chamando-o pelo nome da marca. "E se houvesse um Oscar para o maior merchandising do cinema, sem dúvida ele iria para *O náufrago,* com o rei do merchandising, Tom Hanks" (VERONEZZI, 2009, p.191).

Porém, as inclusões exageradas de marcas e serviços nos filmes podem criar uma sensação de superficialidade nas cenas e rejeição por parte dos telespectadores. Além do cinema, novelas utilizam com frequência este recurso, na qual Comparato (1995, p. 55) afirma que o excesso pode chegar "inclusive a desvirtuar a composição de personagens e cenas em virtudes dessa submissão a critérios puramente comerciais".

- Percepção visual

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

No ponto-de-venda físico, a percepção visual é importante para gerar a motivação necessária para que o cliente escolha o produto X ao invés do produto concorrente. Blessa (2003, p. 27-29) afirma ao descrever que a:

> Percepção visual é o alicerce de qualquer esforço de marketing para posicionar uma marca. (...) Durante a compra, a visão é o primeiro sentido humano responsável pelo processo de escolha, pois é o primeiro estímulo que faz o cérebro reagir na direção do produto.

A partir dessa afirmação, pode-se concluir que se no PDV a percepção visual é importante, no cinema ela é essencial e de crucial importância. Diferente do merchandising tradicional, na sala de cinema o produto não é tátil, não pode ser adquirido no mesmo instante e o mesmo pode não ser a necessidade dos consumidores que estão na sessão.

Esta situação pode influenciar na forma em que diferentes pessoas percebem a presença da marca em cena. Las Casas (1997, p. 141) afirma ao citar que "a percepção irá variar também de acordo com as necessidades dos indivíduos", uma vez que "um comprador que se encontra na fase de levantamento de informações no processo de compra perceberá mais os comerciais dos tipos de produtos que tem interesse em comprar".

Portanto, em um filme de ação onde o mocinho dirige um automóvel de luxo da marca *BMW,* a cena poderá ser percebida de inúmeras formas por distintos públicos. Se uma pessoa não tem interesse em comprar um carro ou não pertence à classe social da personagem, a marca não terá nenhum peso mercadológico a não ser estético e apreciativo. Por outro lado, se o telespectador tiver interesse em adquirir um novo veículo e pertencer à classe na qual a personagem está inserida, a marca terá forte impacto positivo ao ponto de o indivíduo ao sair do cinema, visitar ao menos uma concessionária ou até mesmo ir diretamente comprar uma *BMW*.

Todavia, um aspecto importante não deve ser ignorado, que é a apresentação prévia do produto ou serviço. Caso a maior parte do público não tenha conhecimento dos mesmos, pois "a percepção muda com o nível de conhecimento e a familiaridade que sem tem com os assuntos" (LAS CASAS, 1997, p. 141).

Os fatores relacionados à condição financeira, personalidade e status, devem ser levados em consideração pelas marcas ao incluir um produto ou serviço em um filme. Uma aplicação incorreta pode ser em vão, uma vez que "um importante aspecto quanto à percepção é que os consumidores são seletivos, percebendo certos estímulos que são mais consistentes com seu estilo de vida" (LAS CASAS, 1997, p. 141).

Com isso, o filme precisa ser coeso com o seu público em questão, uma inserção indevida, pode gerar incomodo. Por outro lado, uma inserção perfeita e bem-feita não será percebida e dessa forma, não gera o resultado financeiro esperado por para ambas as partes.

Veronezzi (2009, p. 192) finaliza com a afirmação que "ultimamente, a norma é alterar o roteiro adequando-o ao produto que será divulgado, ou então escrever o roteiro prevendo situações nas quais possam ser inseridos vários tipos de produtos". Ou seja, não tem pra onde recorrer, o filme irá se adequar aos produtos da mesma forma que os telespectadores deverão se adequar aos filmes. A percepção visual do que será refletida na tela, nunca mais será a mesma, porém, a admiração pelo cinema pode mudar, podendo ocorrer como consequência, a evasão de espectadores da sala de cinema.

Com isso os produtores terão que tomar uma decisão de fazer um filme comercial, que "é o produto de fácil leitura, um filme que atrai espectadores de todas as idades, gostos, camadas sociais etc." (DA SILVA, 2011, p. 328), ou fazer um comercial em forma de filme (publicidade encoberta). No final das contas, para que o cinema não chegue a este ponto, o bom senso ainda é o melhor caminho a seguir.

ESTUDO DE CASO

- General Motors

A *General Motors Corporation*, conhecida também como GM, é uma multinacional de Detroit nos EUA. Fabricante de automóveis e caminhonetes, na qual em seu domínio se encontram as marcas: *Chevrolet, GMC,*

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Cadillac, Pontiac, Buick etc., além de ter uma linha exclusiva de carros de corrida para campeonatos pela *Nascar* (GENERAL MOTORS, 2015).

A *General Motors* é uma empresa antiga e de grande representatividade no cenário do comércio mundial, pois está presente em mais 120 países pelo mundo. A companhia "comemorou no dia 26 de janeiro de 2015, 90 anos de atividades no Brasil e a produção d 14,5 milhões de veículos, que simbolizam u marco relevante tanto para o setor automotivo como para o toda a indústria nacional" (CHEVROLET, 2015).

- *Transformers*

Transformers é um filme americano que dirigido por Michael Bay, teve seu lançamento no cinema em 2007 e orçamento estimado em $ 150.000.000. Com duração de 144 minutos, o filme foi distribuído pela *Paramount* em associação com a *Hasbro*, tem no elenco principal Shia LaBeouf que interpreta Sam Witwicky, Megan Fox que vive a mocinha Mikaela Banes e Josh Duhamel que encarna o Capitão William Lennox (IMDB, 2007).

Transformers conta a história de uma raça robótica alienígena que invade a Terra atrás um artefato místico, conhecido como o *Cubo*. Esses robôs vivem disfarçados entre os humanos em forma de automóveis e aviões, os mocinhos da trama são chamados de *Autobots* que são liderados por *Optimus Prime* e os vilões são os *Decepticons*, comandados por *Megatron* (RAHMAN, 2007).

- *Ficha de observação*

Tendo em vista que o objetivo deste é trabalho é identificar quais foram as ações do merchandising editorial da *General Motors*, na quadrilogia *Transformers,* buscou-se analisar de forma efetiva o uso do merchandising editorial no cinema. Através dos conceitos, teses e afirmações descritas nos capítulos do referencial teórico, foi desenvolvida para a análise dos filmes a seguinte ficha de observação:

Ficha de observação

Cena:		
Filme:		**Ano:**
Marca:	**Duração:**	
Classificação		( ) Vertical ( ) Horizontal
O produto faz parte da cena de forma discreta.		( ) Sim ( ) Não
Os personagens principais utilizam o produto.		( ) Sim ( ) Não
A marca é mencionada.		( ) Sim ( ) Não
A marca está em foco.		( ) Sim ( ) Não
A cena é moldada em função do produto.		( ) Sim ( ) Não
As características do produto são mencionadas.		( ) Sim ( ) Não
O produto é mostrado de modo a ser apreciado.		( ) Sim ( ) Não

Quadro 2. Fonte: Autores

Nesta ficha se encontram os pontos cruciais para situar o leitor acerca do material estudado, pois em sua parte superior estão os dados para fácil identificação e entendimento caso a caso, como: a) numeração da cena; b) filme que foi analisado na ficha; c) o ano de lançamento do filme; d) a marca que aparece ou é mencionada na cena; e) a duração da cena.

Abaixo, na parte inferior da ficha estão as diretrizes que de acordo com o referencial teórico deste trabalho, são utilizadas no merchandising editorial na produção e cenas dos filmes. Primeiramente é necessário classificar a cena, na qual Comparato (1995) afirma que no cinema, o filme pode utilizar o modo vertical ou horizontal, esta escolha fica a critério do diretor decidir o que melhor lhe convém trabalhar, pois se deve considerar o orçamento que se tem em mãos, o roteiro e os atores a serem contratados.

Após a identificação da classificação utilizada, foram aplicadas as afirmações que tem embasamento cientifico neste trabalho, na qual a junção delas é fundamental para uma análise eficaz do merchandising editorial e analise de como a *General Motors* agiu dentro dos filmes. Para tal, na ficha foi incluída opções de múltipla escolha, divididas entre SIM e NÃO para cada afirmação. A partir do estudo completo dos capítulos, chegou-se ao número de sete tópicos afirmativos, que são coesos e eficazes para se chegar ao resultado que se é esperado. Seguem abaixo os tópicos com suas devidas teorias.

a) O produto faz parte da cena de forma discreta.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Com o primeiro tópico é possível identificar se a aparição da marca ou produto na cena foi discreta ou não. Pinho (2001, p. 81) condena quando o merchandising não é discreto e também afirma que não se deve "criar cenas artificiais e claramente forçadas". Blessa (2003) complementa que a marca deve surgir em cena de forma sutil e Comparato (1995) é sensato ao dizer que o foco exagerado de marcas ou produtos, pode desvirtuar os personagens e afetar o contexto da história de maneira irreversível.

b) Os personagens principais utilizam o produto.

c) A marca é mencionada.

O segundo e terceiro tópicos tem embasamento de Schiavo (apud FELTRIN, 2011) que afirma que um bom merchandising editorial, acontece quando o personagem utiliza o produto. Além de utilizar, para o autor, um merchandising de sucesso, deve aproveitar o personagem para mencionar a marca/produto, o que é claramente questionado por Pinho (2001) ao dizer que o nome da marca não deve ser mencionado. Entretanto, ao analisar as classificações feitas por Comparato (1995), é possível perceber que ambos os autores estão descrevendo utilizações do merchandising de forma distintas, já que quando a marca é mencionada, o modelo utilizado é o vertical e quando a marca não é citada, o tipo utilizado é o horizontal.

Outro ponto que deve ser considerado, é que o produto que os personagens utilizarão, não deve se apresentar em cena de qualquer jeito, "o produto deve ser demonstrado em suas verdadeiras formas de uso e consumo, naturalmente, passando credibilidade e aceitação por parte do espectador" (COSTA; TALARICO apud PINHO, 2001, p. 81).

d) A marca está em foco.

O quarto tópico também é descrito por Schiavo (apud FELTRIN, 2011) ao citar que não basta o personagem apenas utilizar o produto, a marca também deve ser destacada e com isso, entrar em foco na cena. Porém, Veronezzi (2009) menciona que o close na marca, um modo errado de utilização do merchandising, pois uso exagerado da marca em cena pode ser percebido até por uma criança e por isso, incomodar a todos na sessão.

e) A cena é moldada em função do produto.

Este tópico também tem em sua conceituação, opiniões diversificadas. Costa e Talarico (apud PINHO, 2001) citam que a criação de cena para a aparição de um produto ou marca, pode soar falso e forçado, gerando reações negativas por parte do espectador. Comparato (1995) por sua vez, menciona que esta ação nos filmes, só acontece porque o roteirista recebeu para anunciar o que lhe foi solicitado, por consequência, Araujo et al (apud MACHADO; SILVA, 2003) descrevem que a utilização desse tipo merchandising, acaba por baratear os custos gerados pela produção.

Portanto, alterar o roteiro transformando o filme em um longo comercial, se tornou lucrativo e com isso, pode-se concluir que filmes do gênero, mal vistos ou não, ainda terão presença marcada nos próximos anos, já que Veronezzi (2009) é categórico ao dizer que essas alterações se tornaram norma no meio cinematográfico.

f) As características do produto são mencionadas.

Desta vez, Schiavo (apud FELTRIN, 2011) é quem conceitua que a menção das características do produto em cena, eleva o conceito da marca, já que um ou mais de um personagem irão explicar a outro (os) as qualidades, vantagens e inovações acerca do produto. Essa prática deixará o telespectador que não conhece a marca, ciente de suas funcionalidades e mais suscetível a comprar o produto em questão, já que Las Casas (1997) afirma que a percepção do consumidor muda de acordo com a familiaridade que o mesmo tem sobre algum assunto.

g) O produto é mostrado de modo a ser apreciado.

Novamente, é Schiavo (apud FELTRIN, 2011) quem encerra a lista, na qual, para ele o estímulo visual é um aspecto importante para o sucesso do merchandising editorial, onde a marca ou produto devem ser explorados pela câmera e fazer parte da cena de forma apreciativa. Um produto com uma aparência limpa e nova em cena atrairá bons olhares e

pode inclusive mudar conceitos sobre determinadas marcas, já que Blessa (2003) afirma que o alicerce do marketing, é a percepção visual. Porém, Veronezzi (2009) finaliza com a afirmação que o merchandising dificilmente irá construir ou fortalecer uma marca e muito menos irá elaborar conceitos com fundamentos suficientes para a fixação de identidade da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que de acordo com o nosso referencial, a produção da quadrilogia de filmes Transformers, utilizou de todos os métodos do merchandising editorial no formato vertical, sejam eles positivos ou negativos para a visibilidade das marcas. Todavia, a General Motors teve excelência em sua parceria com a quadrilogia, pois soube utilizar as cenas para dá destaque aos seus produtos nos filmes, na qual utilizou o estímulo visual para atrair a atenção dos telespectadores.

As técnicas de merchandising da empresa GM, foram bem aplicadas e bem estruturadas, que levaram o sucesso de uma franquia e por sucessão a marca em parceria. Pelo estudo aplicado, descobrimos a importância do segmento, que mesmo criticado por alguns autores, foi fundamental para ambos os envolvidos neste estudo, pois o acordo foi bom para os filmes, que apresentaram em cena carros de última geração e foi bom para a montadora que teve melhora significativa nas vendas em todo o mundo.

Foi identificado também, que o formato vertical nos filmes, foi aplicado graças a um acordo financeiro entre ambas as empresas. Porém, não há como identificar quem recebeu mais ou quem deixou de lucrar financeiramente com o filme, uma vez que este não é o objetivo do trabalho. Mas para poder levar em consideração todos os pontos acerca do merchandising vertical, identificamos que as empresas gozaram deste acordo comercial, porém, LeeAnne Stables, que é o "vice-presidente executivo de parcerias de marketing da Paramount (...) se recusou a revelar os termos financeiros do acordo entre o estúdio e GM" (Texto original: "Stables declined to disclose the financial terms of the deal between the studio and GM" - MILLER; HIRSCH, 2014 **tradução nossa**). Comprovamos neste estudo, que existe embasamento na construção das cenas em que o merchandising é aplicado. Utilizando-se do grande sucesso de *blockbusters* pelo mundo, a *General Motors* transformou os filmes do diretor Michael Bay em vitrines digitais e de mídia extra para inserção de sequencias que se assemelham a comerciais de TV. A montadora utilizou-se também dos longas para lançamento e relançamento de seus produtos.

Esta aplicação pode não ser o melhor caminho a se seguir, por transformar os filmes em um amontoado de exaustivas cenas de *publicidade encoberta*. Todavia, ainda existe público que aprecie este tipo de parcerias, pois pelos resultados pontuados, os telespectadores estão sendo atingidos d 131 modo a comparecer nos filmes e a comprar o produtos da montadora.

Não é um estilo em que agrada a crítica especializada, mas as empresas deste estudo parecem não dá importância para notas e críticas, pois identificamos que o foco da *Paramount* e da *General Motors* são os números, o lucro e a visibilidade. Esta afirmação se deve ao fato de que o estúdio está no preparo de uma continuação, porém, ainda não é possível afirmar se a parceria com a GM irá continuar.

Queremos deixar como sugestão para futuras pesquisas dentro da área, o estudo sobre a força da marca *Transformers* no pós-venda e a importância do cinema hollywoodiano como influenciador de movimentos sociais e comportamentais.

REFERÊNCIAS

ADORO CINEMA. **Transformers:** A era da extinção. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-195228> Acesso em: 24 jun. 2015.

ADORO CINEMA. **Transformers –** A vingança dos derrotados. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-132420> Acesso em: 24 jun. 2015.

ADORO CINEMA. **Transformers pode ganhar história de origem e novo filme**

dirigido por Michael Bay. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-113592> Acesso em: 24 jun. 2015.

ADORO CINEMA. **Transformers:** O lado oculto da lua. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-144795> Acesso em: 24 jun. 2015.

ADORO CINEMA. **Transformers:** O Lado oculto da lua – curiosidades. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-144795/curiosidades> Acesso em: 24 jun. 2015.

BLESSA, Regina. **Merchandising no ponto-de-venda.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRESSAN, Favio. **O método do estudo de caso.** Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm> Acesso em: 28 jun. 2015.

CAIADO, Pedro. **Custo total de "Avatar" é estimado em US$ 500 milhões.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u667225.shtml> Acesso em: 04 jun. 2015.

CHEVROLET. **Sobre a GM**: a empresa. Disponível em: <http://www.chevrolet.com.br/universo-chevrolet/sobre-a-gm/a-companhia.html> Acesso em: 17nov. 2014.

COBRA, M. H. N. **Marketing básico:** uma perspectiva brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro:** o mais completo guia da arte e técnica de escrever para televisão e cinema. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

COSTA, Antonio R; CRESCITELLI, Edson. **Marketing promocional para mercados competitivos.** São Paulo: Atlas, 2003.

COSTA, Antonio R; TALARICO, Edison de Gomes. **Marketing promocional:** descobrindo os segredos do mercado. São Paulo: Atlas, 1996.

DA SILVA, George Batista. **Do vitascope ao imax:** Dicionário cinematográfico. Santa Catarina: Clube de Autores, 2011.

FELTRIN, Fabio Henrique. **Cinema e merchandising editorial:** a publicidade do luxo em "Sex and the city". Curitiba, 2010. Disponível: <http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=544> Acesso em: 12 maio 2015.

GENERAL MOTORS. **About GM**. Disponível em: <http://www.gm.com/company/aboutGM/our_company.html> Acesso em: 04 jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, 2010.

G1. **GM apresenta o Chevrolet Beat na Índia.** Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1434343-9658,00-GM+APRESENTA+O+CHEVROLET+BEAT+NA+INDIA.html> Acesso em: 25 jun. 2015.

IMDB. **Transformers 2007.** Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0418279> Acesso em: 04 jun. 2015.

IMDB. **Transformers:** A era da extinção. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt2109248/?ref_=nv_sr_1> Acesso em: 24 jun. 2015.

IMDB. **Transformers:** A vingança dos derrotados. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt1055369/?ref_=tt_rec_tt> Acesso em: 24 jun. 2015.

IMDB. **Transformers:** O lado oculto da lua. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt1399103/?ref_=nv_sr_2> Acesso em: 24 jun. 2015.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing.** 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing:** conceitos, exercícios, casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MACHADO, Glauco Fernandes; SILVA, Adelino Pereira da. **"A verdade Nua e Crua":** o uso do merchandising editorial no cinema como ferramenta de comunicação persuasiva. Mossoró, 2013. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-1115-1.pdf> Acesso em: 16 nov. 2014.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARZOTTO, Marina Arretche; TIETZMANN, Roberto. **Uma oferta que você não pode recusar:** um olhar sobre o merchandising cinematográfico a partir da trilogia "O Poderoso Chefão". S. Cruz do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0602-1.pdf> Acesso em: 1 nov. 2014.

MEDIA GM. **Camaro é o herói no novo filme da série Transformers.** Disponível em: <http://media.gm.com/media/br/pt/chevrolet/photos.detail.html/content/Pages/news/br/pt/2014/july/0707-transformers.html> Acesso em: 13 jun. 2015.

MILLER, Daniel; HIRSCH, Jerry. **GM using new 'Transformers' film to promote Trax SUV in China.** Disponível em: <http://www.latimes.com/business/la-fi-hy-transformers-cars-20140614-story.html> Acesso em: 28 jun. 2015.

NONNIG, Andre Casa Nova. **O uso das técnicas de merchandising no cinema:** um estudo de caso sobre a trilogia “de volta para o futuro”. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22778/000740560.pdf?...1> Acesso em: 29 jun. 2015.

PINHO, J.B. **Comunicação em marketing.** 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

RAHMAN, Q. Leo. **Transformers:** Storyline. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0418279> Acesso em: 04 jun. 2015.

RIES, Al; TROUT, Jack. **Marketing de guerra 2:** a ação. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

ROLLING STONE. **Transformers 4 é o primeiro filme de 2014 a ultrapassar US$ 1 bilhão em bilheteria.** Disponível em: <http://rollingstone.uol.com.br/noticia/itransformers-4-i-e-o-primeiro-filme-de-2014-ultrapassar-us-1-bilhao-em-bilheteria> Acesso em: 28 jun. 2015.

ROTTEN TOMATOES. **Transformers:** Age of extinction. Disponível em: <http://www.rottentomatoes.com/m/transformers_age_of_extinction/?search=age%20of%20e> Acesso em: 24 jun. 2015.

ROTTEN TOMATOES. **Transformers:** Dark of the moon. Disponível em: <http://www.rottentomatoes.com/m/transformers_dark_of_the_moon/?search=dark%20moon> Acesso em: 24 jun. 2015.

ROTTEN TOMATOES. **Transformers:** Revenge of the fallen. Disponível em: <http://www.rottentomatoes.com/m/transformers_revenge_of_the_fallen/?search=revenge> Acesso em: 24 jun. 2015.

ROTTEN TOMATOES. **Transformers:** The movie. Disponível em: <http://www.rottentomatoes.com/m/transformers_the_movie/#> Acesso em: 04 jun. 2015.

SILVA, Joaquim Caldeira da. **Merchandising no varejo de bens de consumo.** São Paulo: Atlas, 1990.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema.** São Paulo: Papirus, 2003.

VERONEZZI, José Carlos. **Mídia de A a Z:** conceitos, critérios e fórmulas dos 60 principais termos da mídia. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2009.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

As influências da cultura afro na construção da identidade cultural capixaba

BRAVIN Thyara M[1], FERRARI Renata R[2]; BEZERRA Vanusa A[3], FONSECA Maria da Penha[4]

RESUMO

A pesquisa visa investigar as influências da cultura afro na construção da identidade cultural das crianças, e como estas são abordadas e/ou tratadas dentro do espaço escolar da Educação Infantil junto aos alunos na faixa etária de 5 a 6 anos. A metodologia adotada é qualitativa, de cunho bibliográfico e pesquisa de campo por meio de entrevista junto a professores regentes. Constatou-se que, apesar dos anos que a legislação estabelece a abordagem da temática no âmbito escolar, os avanços são breves e necessitam da contemplação de modo menos pontual, passando a integrar projetos mais amplos. O estudo contribui para a formação da pesquisadora, assim como desperta interesse e reflexões de outros que tenham afinidade com a questão em foco.

Palavras-chave. Espírito Santo. Cultura Africana. Diversidade. Identidade. Educação Infantil.

ABSTRACT

The Research aims to investigate the influences of Afro culture in the construction of the cultural identity of children, and how they are approached and / or treated within the school space of Early Childhood Education with students in the age group of 5 to 6 years. The methodology adopted is qualitative, of bibliographic nature and field research through interviews with leading teachers. It was found that, despite the years that the legislation establishes the approach to the theme at school, progress is brief and needs to be contemplated in a less punctual way, starting to integrate broader projects. The study contributes to the formation of the researcher, as well as arouses interest and reflections from others who have an affinity with the issue at hand.

Keywords. Espírito Santo. African Culture. Diversity. Identity. Child education

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, grandes mudanças vêm ocorrendo tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Neste estudo, abordam-se especialmente as questões étnico-raciais e suas influências na construção da identidade cultural capixaba e do modo como esta é tratada no espaço escolar da Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 26 estabelece que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos - Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 - (BRASIL, 2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI apresentam que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios Éticos, Políticos e Estéticos, sendo que três deles remetem às manifestações culturais e artísticas, identidades e singularidades (BRASIL, 2010).

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio
[2] Professora Mestre em Ciência da Religião, docente no Curso de Pedagogia/FNM. E-mail: referrari74@gmail.com
[3] Licenciada em Letras Português/Inglês (Ufjf), Bacharel em Direito (Unesa). Professora Mestre em Administração Estratégica (Anhanguera), docente no Curso de Pedagogia/FNM. E-mail: vanuza.bezerra@novomilênio.br.
[4] Professora Mestre em Educação, docente orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso, Pedagogia/FNM. E-mail: maria.fonseca@novomilenio.br .

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

A Base Nacional Comum Curricular reforça a abordagem dessas questões ao apresentar os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil. Sendo que na convivência deverá respeitar a cultura e as diferenças entre as pessoas; no brincar deverá ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais e explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, [...], ampliando saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017).

A partir desses pressupostos, a educação pode ser o caminho mais eficiente para estimular a consciência cultural do indivíduo, começando pelo reconhecimento e apreciação da diversidade existente. Contudo, geralmente as culturas afro e indígena são trabalhadas em projetos pontuais e/ou sob a forma de folclore.

Portanto, o estudo se justifica pela necessidade de se reconhecer a cultura africana como relevante para a construção da identidade do povo capixaba desde a Educação Infantil, a fim de propagar o respeito e combater pré-conceitos existentes pela sociedade ao longo dos tempos.

O não conhecer o outro e suas tradições, costumes, crenças, valores, a própria falta de interesse em buscar mais informações a respeito do que é diferente a si mesmo acarreta pré-conceitos, tabus, paradigmas, que ao longo dos anos aumenta,

se alimenta e cria transtornos sociais, culturais e internos ao próprio ser humano, como por exemplo, a sua não aceitação perante a si mesmo, já que a sociedade em si propõe padrões de beleza, de roupa, de cabelo, de religião, de vida que devem ser seguidos, distanciando o sujeito da sua essência, das suas raízes, da sua cultura, anulando, assim, a sua identidade, a sua história.

Assim sendo, questiona-se: O que está previsto/garantido na legislação que rege a educação brasileira em relação à cultura negra dentro do espaço escolar, de modo especial a Educação Infantil? O que estudiosos e pesquisadores defendem como abordagem da cultura negra no contexto escolar? Como são tratadas questões da cultura negra dentro da diversidade cultural brasileira? Quais ações pedagógicas são desenvolvidas no espaço escolar da Educação Infantil abordando a cultura negra? As questões da cultura negra estão presentes no cotidiano escolar ou somente em datas específicas para realização de projetos? O Sistema de Ensino público realiza formação continuada dos profissionais da educação sobre a temática?

De acordo com Leite (2014), a diversidade cultural é uma temática importante de se trabalhar na escola, pois possui relevância para o auxílio da construção da identidade do indivíduo, já que é desenvolvida por meio da vivência que a criança tem com o meio, assim como trata a concepção de identidade pelo viés da noção do sujeito sociológico, segundo Hall (2006, p. 11):

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contícuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

A partir do momento que o sujeito passa a conhecer a sua própria história, a origem dos seus costumes e hábitos, ele consegue apreender a sua importância e a do outro para a construção da comunidade corroborando, portanto, que ideias de discriminação e racismo não se propaguem em meio a sociedade, fortalecendo o sentimento de respeito e admiração pelo outro, suprimindo o ponto de vista de que se referir ao outro como negro é ofensivo.

Para Maciel (2016, p. 168), "o preconceito pode ser entendido como uma forma de pensar os negros tendo como princípio ideias apriorísticas que lhes atribuem qualidades negativas". Ou seja, na escola o corpo docente tem um papel fundamental a desenvolver, pois consegue transmitir e fortalecer o respeito à compreensão e o entusiasmo para com a cultura.

Maciel (Ibidem) ressalta ainda que documentos norteadores da educação indicam a contemplação de questões relativas à identidade e autonomia, música, artes visuais e que nesse aspecto a escola deve se mostrar

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

atenta e interessada em trabalhar assuntos como a importância que a cultura do negro tem para a constituição/formação de uma sociedade, seus feitos, suas conquistas, suas habilidades, suas danças, sua gastronomia, seus costumes, enfatizando todas as ações produzidas que agregaram valores a outras comunidades, outros grupos sem minimizar ou restringir a grandeza do negro em racismo, segregação, exclusão, escravidão e apartheid.

A cultura negra pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos. Essa cultura faz-se presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico. Todavia, a sua predominância se dá entre os descendentes de africanos escravizados no Brasil, ou seja, o segmento negro da população (GOMES, 2003, p.77)

A partir de observações intrínsecas da história do negro, é possível que o docente em sala de aula se aproprie dessas constatações e, por conseguinte, as conte e, por sua vez, exalte a força e a astúcia que esse povo demonstrou ter para enfrentar grandes batalhas contra a discriminação, o racismo e a intolerância. Ao retratar, por exemplo, em sala de aula, suas benfeitorias em território capixaba, basta observar os quilombos como patrimônio cultural. "O termo quilombo, no contexto africano bantu, era empregado para se referir à organização social das vilas, povoados, capitais, feiras, mercados e acampamentos de guerreiros" (MACIEL, 2016, p. 195).

Portanto, a escola é um lugar onde todos os dias circulam indivíduos de diferentes comunidades, que possuem seus dogmas, religiões, crenças, costumes e valores, ou seja, esse ambiente é um lugar de diversidade cultural, portanto torna-se imprescindível abordar ali essa temática, a fim de conscientizar e transpor a real significância desta, não apenas observar, mas sim compreendê-las, superando a ideia de que exista uma cultura superior à outra, assim como observa Gomes (2002, p.39):

> A escola pode ser considerada,então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

Para Leite (2014), a Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica onde se torna essencial trabalhar a diversidade cultural, já que o sujeito está na fase de percepção e estruturação de seus conhecimentos, favorecendo, portanto, que ele se identifique como sujeito pertencente a sua comunidade e perceba o valor que o seu semelhante possui e o respeite.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu capítulo III, seção I, artigo 205, que a educação é um direito de todos, sem exceção (BRASIL, 1988). Ou seja, independente da etnia, da religião ou do credo de um indivíduo, o mesmo possui direito à educação previsto por lei.

O artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê que a educação básica, além de ser um direito de todos os cidadãos que compõem uma sociedade indistintamente, é dever do Estado e ofertada de forma gratuita. Não há, portanto, a reafirmação de exclusão de qualquer cidadão que seja. A Carta Magna prevê, contudo, que a educação básica obrigatória atenderá alunos dos 4 anos até os 17 anos.

Portanto, a educação é um direito de todo o ser humano, sem restrições, e a Constituição Federal garante os mesmos em diversos artigos e, nesse contexto, o aluno negro possui os mesmos direitos à educação que os demais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, na Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, em seu capítulo IV, artigo 53, reafirma o direito que a criança possui à educação, “visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

A Lei nº12.288, de 20 de Julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial (altera as Leis n° 7.716 de 5 de Janeiro de 1989, 9.029 de 13 de Abril de 1995, 7.347, de 24 de Julho de 1985 e 10.778 de 24 de Novembro de 2003.) determina, em seu capítulo II, seção I, artigo 9°, que a população negra possui pleno direito de participar de atividades educacionais.

> A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

> lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira (BRASIL, 2010).

E a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, em seu artigo 3º, inciso XII, expõe a importância de se abordar a diversidade étnico-racial na escola, observando o ser humano com respeito a sua diversidade étnico-racial. "XII - consideração com a diversidade étnico-racial - Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013 - (BRASIL, 2013).

A sala de aula contém uma diversidade de alunos, cujo corpo docente deve estar preparado para receber, acolher e respeitar a diversidade cultural, e a LDB nº 9.394/96 estabelece que o ensino respeite e considere a liberdade de aprender e ensinar, a forma de pensar de cada cidadão, as ideias, a cultura de cada um e a forma artística que cada aluno se expressa.

A LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 2013) estabelece em seu Art. 26 que os currículos da educação tenham "base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura [...]". (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Observa-se o escrito no quarto parágrafo "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia" (BRASIL, 2013).

No entanto, ao avançar a leitura na mesma lei, percebe-se que a temática já era contemplada na Lei nº 11.645, de 2008, no artigo 26, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A escola é um espaço relevante para a vida do ser humano e é por meio dela que se propaga o respeito, a tolerância, e é com o seu auxílio que novos saberes se constroem, se moldam. Para Gomes (2000, p.71), "a função social e política da escola é muito mais do que escolher a metodologia eficaz para a transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados ou preparar as novas gerações para serem inseridas no mercado de trabalho e/ou aprovados no vestibular ".

Segundo Saviani (1983, p.6), "a escola surge como um antídoto à ignorância, logo um instrumento para equacionar o problema da marginalidade". E Freire (1996, p.5) corrobora ao afirmar, "Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo".

Ou seja, a escola é um ambiente social rico em culturas e diversidades, onde experiências se chocam. Cada aluno possui uma experiência de vida, conhecimentos de mundo adquiridos por meio de suas vivências. A escola, ao se apropriar desse fator relevante, consegue abordar assuntos pertinentes em sala de aula. E questões notáveis ao dia a dia da criança, como a intolerância racial, deveriam ser abordadas em sala de aula. A cultura negra deve ser tratada na escola de forma a alcançar a todos, e enfatizando a sua real importância para a constituição de uma sociedade, ou seja, quando se trata de cultura negra, torna-se imprescindível falar da identidade cultural do indivíduo.

> A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo (FREIRE, 2002, p.19).

Faz-se saber que é no convívio escolar que os saberes se chocam, se entrelaçam e se transformam, segundo Saviani (1983, p. 06):

> Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos.

Para Mantoan (2006), a escola é um ambiente de socialização e troca de conhecimentos, potencializando, assim, o desenvolvimento do indivíduo. E Maciel (2016) corrobora ao dizer que quando o ambiente escolar permite que assuntos relacionados a questões raciais e aspectos voltados para a cultura afro-brasileira sejam abordados em sala de aula, os alunos, por sua vez, conseguem se sentir incluídos no processo educativo e, por

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

fim, se observam inseridos na construção da sua própria história.

Segundo Leite (2014, p.33):

> A organização do trabalho escolar, pensada a partir de uma realidade de maneira suposta admitida, com a cautela do perfil do alunado que se acomode em sua proposta pedagógica, admite então ser funcional. Porém, disponível para conhecer o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver, é forçada a reelaborar suas abrangências, de costume a dar andamento a uma conversação incontestável, mas necessário para compreender o que o outro tem a dizer do novo momento da escola, em que o alunado exige que ela se aproprie de suas referências.

A escola deve manter-se preparada para realizar em sala de aula ou de forma geral, intervenções a respeito da temática, a fim de propagar o respeito, assim como afirma Leite (2014, p.36): "o respeito à diferença deve ser o principal objetivo dos que buscam uma educação mais justa e preparada para atender a todos, porque juntos somos muito mais". Ao chegar ao ambiente escolar com metodologias e um planejamento eficaz, o docente consegue retratar a cultura negra com naturalidade, oportunizando que as crianças internalizem ideias de respeito e compreensão pelo diferente.

Ao abordar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, observa-se que os estudiosos dizem ser imprescindível que eles estejam seguramente preparados para atuar em sala de aula com excelência, alegria e vigor, dispostos a se adequar à realidade do educando (FREIRE, 2002). Contudo, o docente participa da evolução educacional dos seus alunos, quando ocorre uma sensibilização por parte do mesmo em aprimorar e/ou aperfeiçoar os seus conhecimentos. E para que ocorra esse aprimoramento, a formação continuada é um importante instrumento ofertado pela própria instituição de ensino ou pelo Governo do Estado (MELO, 2016).

A diversidade étnico-racial é uma temática que deve ser abordada entre os profissionais da educação com seriedade e respeito, pois entender o próximo é compreender a si, e dentro da sala de aula as diferentes 'cores de pele' se chocam, se revelam. Quando o professor está preparado e sensível para abordar a importância que a história do negro carrega para construção da identidade de uma comunidade inteira, seja ela negra ou não, ocorre uma propagação do respeito e admiração pela cultura do outro, pela cor da pele, desmistificando, assim, pré-conceitos e paradigmas existentes na sociedade (OLIVEIRA, 2015).

A formação continuada é um dos mecanismos potencialmente eficazes ao combate de preconceitos e intolerâncias advindas da sociedade.

> É importante a formação continuada dos professores, no que diz respeito à problemática racial da população afrodescendente, para que seja possível refletir sobre a situação desvantajosa em que se encontra essa população em relação à população branca, revelando que mais do que o preconceito há uma discriminação, um preconceito nada velado contra esse segmento populacional. Trata-se, portanto, de perceber os desafios que precisam ser enfrentados para que se vislumbrem algumas possibilidades de ação para minimizar conflitos que surgem nas escolas, decorrentes da falta de atenção de professores sobre as relações raciais estabelecidas no ambiente escolar(SOUZA, apud OLIVEIRA, 2015, p.13).

O professor em sala de aula consegue perpetuar sentimentos de respeito, tolerância e zelo por meio da educação, do conhecimento acarretados pela formação continuada ou pelo próprio conhecimento acadêmico do profissional da educação, construindo novos olhares, novos caminhos para se avançar e combater sentimentos e pensamentos de intolerância. De acordo com Canen e Xavier (2011, p.641), "a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, constitui-se como um lócus privilegiado, não só para refletir e discutir sobre essas questões, como para a criação e a implementação de proposições que possibilitem vislumbrar novos caminhos".

A busca por conhecimento, por aprendizagem, deve manter-se ativa e constante na vida de um profissional da educação, acompanhando assim as mudanças da sociedade e observando as necessidades de aprendizagem dos seus alunos, a formação continuada é um dos instrumentos relevantes que está ao alcance do professor (OLIVEIRA, 2015,p.09).

Considerando os referenciais acima apresentados, este estudo tem como objetivo investigar as influências da cultura afro na construção da identidade cultural das crianças, e como elas são abordadas e/ou tratadas

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

dentro do espaço escolar da Educação Infantil junto aos alunos na faixa etária de 5 e 6 anos.

METODOLOGIA

O estudo é uma pesquisa qualitativa visando aprofundar a compreensão da temática. E considerando o ponto de vista dos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória em busca de maior conhecimento do tema escolhido, proporcionando maior simplificação e assim torná-lo o mais claro possível. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é uma pesquisa bibliográfica fundamentada em Freire (2002), Leite (2014), Maciel (2016), Mantoan (2003), Melo (2016), Oliveira (2015), Saviani (1983), Gomes (2000), Gomes (2002),Gomes (2003), Canen e Xavier (2011), Hall (2006). E os documentos referenciais da Educação Básica Brasileira: BRASIL (1988), BRASIL (1996), BRASIL (2010), BRASIL (2010), BRASIL (2010), BRASIL (1990), BRASIL (2017), BRASIL (2017), BRASIL (2013).

A pesquisa tem como cenário para pesquisa de campo uma Centro Municipal de Educação Infantil, da Rede de Ensino Municipal de Vitória/ES, e este estudo tem como sujeitos crianças que estão em transição de faixa etária de 5 para 6 anos.

Utiliza-se como técnica para a coleta de dados o questionário e a análise dos dados, estabelecendo as relações necessárias entre os autores da revisão de literatura e as respostas dos professores visando realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação da temática abordada.

RESULTADOS

O formulário foi entregue a quatro professoras da Educação Infantil, sendo que, apesar de várias idas à instituição de ensino, apenas três professoras realizaram a entrega em tempo hábil, e nas respostas aqui apresentadas são identificadas como professoras A, B e C.

As professoras A, B e C possuem formação acadêmica em Pedagogia e atuam há mais de 10 anos na Educação Infantil, sendo que as docentes A e C são, também, professoras da Educação de Jovens e Adultos. Todas as professoras possuem pós-graduação, sendo A e C em Educação Infantil/Alfabetização e B em Educação Inclusiva.

Em relação à participação em ações de formação continuada, a professora A informou que não costuma participar de Congresso e Seminário sobre Educação Infantil. A professora B costuma participar mais de cursos de capacitação, como por exemplo, do PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa). A docente C participou de congressos que foram oferecidos pelos SINDIUPES (Sindicato de Professores do Espírito Santo), com conteúdo voltado para a reflexão da construção da educação pública e participou também do Seminário "Desafiando o Preconceito na Educação" promovido pelo UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), em conjunto com o CMEI "Darcy Vargas", e outras ofertadas pela plataforma da Prefe de Vitória.

Em relação à fundamentação teórica utilizada para o planejamento das ações pedagógicas, as professoras A e B relataram que utilizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. A docente B também consulta o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA. Enquanto que a professora C se embasa no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e na LDB, Lei nº 9.394 de 1996.

Ao ser questionada sobre a percepção de atitudes racistas dentro da sala de aula no cotidiano escolar, a professora A relatou que poucas vezes observou alguma atitude preconceituosa entre as crianças no que se refere à cor da pele, e quando isto aconteceu logo interveio conversando com elas.

A professora B disse que já observou em algumas crianças atitudes preconceituosas (falas, comportamentos, trejeitos, ações em geral) referentes à cor da pele e ao formato do cabelo que algumas tinham e não se aceitavam. Ela relata ainda que quando tal fato aconteceu, buscou intervir imediatamente, fazendo com que os alunos refletissem,

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

levando-os a se colocarem no lugar do outro. Segundo ela, em 2014, percebeu que as crianças do grupo 6 não se reconheciam como negras e observou que havia preconceito étnico-racial a partir de um fato ocorrido em sala de aula, envolvendo uma criança branca de olhos azuis e uma criança negra. A não aceitação dela por parte da turma, pela cor da sua pele e o formato do seu cabelo, assim sendo escreveu um projeto chamado "Diversidade étnico-racial: também faço parte e posso escrever uma nova história!".

Enquanto a professora C disse não ter passado por quaisquer situações de preconceitos em sala de aula até o momento.

De modo geral, as professoras relatam que a abordagem das temáticas em sala de aula, promove o respeito e a tolerância pela vasta diversidade étnica e cultural que existe em meio à sociedade.

“A escola é por excelência o lugar em que as crianças aprendam a conviver com as diferenças e a deixar de lado preconceitos e estereótipos que encontram nas demais esferas sociais. O preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou oportunizar relações sociais. O respeito à diversidade no ambiente escolar facilita o trabalho em grupo, evita sofrimento e constrangimento, melhorando o ambiente” (PROFESSORA B).

Em relação ao planejamento voltado ao assunto da diversidade cultural, todas as professoras já realizaram e aplicaram em sala de aula, tendo boa aceitação entre os alunos.

DISCUSSÃO

Ao analisar as respostas das professoras nos questionários, verificou-se que apesar de possuírem uma formação acadêmica com especialização e toda uma experiência sólida que alcança no mínimo dez anos de sala de aula, não costumam participar de formação continuada na temática em foco, ou seja, a escola, como um ambiente social importante para a vida do aluno, não influencia de forma positiva para que assuntos voltados à diversidade racial, cultural sejam trabalhados. Para Gomes (2003), este é um espaço responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, portanto também de formação de seus atores.

Nessa mesma perspectiva, Canen e Xavier (2011) corroboram ao dizer que o compartilhamento e a troca de conhecimentos, experiências e relacionamentos que ocorrem em uma reunião de formação de professores, propiciam ao docente lidar com as mais variadas situações e problemáticas que venham ocorrer no meio escolar, seja ela racial, cultural, social ou ambiental. Portanto, quando o professor deixa de participar de uma formação, se abstém de oportunizar a si mesmo e aos seus alunos a disseminação do próprio conhecimento, da garantia do respeito pela diferença étnica, racial, da valorização da cultura do outro e da construção da identidade do indivíduo.

Quanto à fundamentação teórica utilizada pelas professoras para o planejamento das ações pedagógicas, percebe-se que fazem uso das DCN, DCNEI, Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA. No entanto, uma delas relata fazer uso do RCNEI, documento publicado em 1998, que antecede a obrigatoriedade da Educação Infantil, por meio da emenda constitucional com a resolução CNE/CEB nº 5/2009. Uma questão que provoca a reflexão no item anterior da pesquisa que trata de formação continuada, uma vez que suas concepções de ensino veem a criança sob diferentes pontos de vista, o que condiz com Canen e Xavier (Ibidem) na citação acima apresentada.

É interessante que o professor tenha consciência de que ao entrar na sala de aula terá que lidar com crianças que possuem seus trejeitos e particularidades. Mesmo que ele tenha anos de experiência na docência, deve reconhecer a importância que os documentos norteadores e as normativas da educação possuem para o seu enriquecimento e apresendizado. No caso da temática em foco, quando ocorre esse reconhecimento, o docente, ao se deparar com situações de preconceito, discriminação e desrespeito tende a realizar uma intervenção abrangente e esclarecedora entre os envolvidos, propagando o respeito e a tolerância.

Ao serem abordadas sobre a percepção de atitudes racistas por parte das crianças, relataram que não são frequentes no cotidiano da escola.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Uma disse que não observou nenhuma cena até então, e as outras duas, que já vivenciaram, resolveram a situação conversando com os alunos envolvidos e, em um ano que se deparou com uma situação mais grave, desenvolveu um projeto a fim de solucionar a questão. Apesar dessas observações, elas relatam que tratar questões relacionadas à diversidade étnico cultural em sala de aula promove o respeito e o reconhecimento de identidade e pertencimento.

A escola, enquanto espaço de vivência e convivência inclusiva, insere em seu cotidiano práticas que promovem respeito à diversidade, evitando sofrimento e constrangimento. Tais proposições melhoram o ambiente escolar, conforme relato da professora B, o que condiz com ponto de vista de Mantoan (2003) e Maciel (2016) ao afirmarem que esse espaço, como ambiente de troca e socialização, deve abordar em sala de aula questões raciais e aspectos voltados para a cultura afro-brasileira. A escola é um ambiente que oportuniza ao aluno construir e desenvolver-se como indivíduo integrante da sociedade (GOMES, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acessar a legislação da educação, constata-se que a abordagem das questões étnico-raciais tem amparo legal nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

A Lei nº 9.394/96, em seu artigo 26, prevê que o currículo contemple parte diversificada tratando as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 - (BRASIL, 2017).

As DCNEIs tratam de que as propostas pedagógicas da Educação Infantil precisam observar os princípios éticos, políticos e estéticos, respeitando as manifestações culturais e artísticas, identidades e singularidades (BRASIL,2010).

E BNCC também trata da importância de abordar assuntos como diversidade cultural e racial para se propagar o respeito pelas diferenças. Assim como as normativas expõem essa temática, diversos estudiosos discorrem também em suas obras sobre a importância de se discutir em sala de aula a cultura racial.

Ao trazer a história do negro para a sala de aula, o professor consegue explorar toda a luta e a resistência que esse povo teve, e mais veemente exaltar a sua cultura, explorando as danças, a culinária, a música, a moda, herenças étnico raciais.

Constata-se que a escola é um ambiente de socialização e construção do conhecimento apto a tratar questões da cultura negra. No entanto, apesar de leis, documentos norteadores e pesquisadores que explanam sobre o assunto, a instituição de ensino, juntamente com o seu corpo docente, se mostra apática na realização de ações pedagógicas referentes ao assunto. Não há projeto ou planejamento que demonstra o interesse de levar para a sala de aula a temática.

A escola, ao abordar a cultura afro, proporciona conhecimento sobre o assunto, mas também contribui para que esta seja exaltada e respeitada. É notório que dentro de uma sala de aula, onde há crianças com diferentes tipos de cabelo, cor da pele, etc., o professor deva contemplar em seus planejamentos as influências culturais para contribuir na construção da identidade cultural do sujeito.

Considera-se que é uma questão de relevância para a formação social, pois aprender sobre a cultura do outro preconiza o respeito e a tolerância, auxilia a construção da identidade da criança e previne desrespeitos e intolerância.

Portanto, para que tais questões sejam contempladas a contento, o corpo docente deve manter-se atualizado, buscando conhecer e reconhecer a importância que a cultura do outro possui. A formação continuada é um instrumento significativo para que o professor esteja sempre renovando e construindo conhecimento. E a instituição/escola deve garantir isto em seu planejamento e orçamento, a fim de dar condições para a mesma.

Considera-se, ao final deste estudo, que a temática abordada, apesar de toda a legislação e pesquisas já realizadas no âmbito do espaço escolar, ainda tem um árduo caminho a seguir, uma vez que profissionais não percebem ou

não querem perceber atitudes preconceituosas existentes em sala de aula e continuam a desenvolver atividades pontuais, mecânica e/ou estereotipadas somente em períodos que atendem ao calendário comemorativo escolar. O que motiva a continuidade de investigação acerca da temática a fim de exercer futuramente posturas diferentes das observadas, ou seja, comprometida com uma educação integral do sujeito, comprometida com o ensino-aprendizagem significativo e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DOU. Brasília, DF. 05 de Out. 1998. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em 24 de abr. de 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: . Acesso em: 06 março 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase . Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Consulta Pública. Brasília, MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.** Consulta Pública. Brasília, MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2018.

_____. **Lei 11.645/2008 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Resolução 1, CNE/CP 003/2004. 10 de Março de 2004.Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 14 de jul. de 2018.

_____. **Lei 12.288 que institui o Estatuto da igualdade racial**. Brasília, DF. 20 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 06 de mar. de 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação/Lei 9.934/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 06 de mar. de 2018.

_____. **Lei Nº8.069 Estatuto da Criança e do e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF. 13 de Julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 de mar. de 2018.

_____. **Lei Nº 12.796**. Brasília, DF. 04 de Abril de 2013 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 06 de mar. de 2018.

_____.**Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. **Formação continuada de professores para a diversidade: ênfases e silêncios e perspectivas**.v.16, n.48. p.641-661. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07> Acesso em: 06 de mar. de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2002; 25.ed. São Paulo: Paz e Terra.

GOMES, Nilma Lino. .Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v.9, p.38-47, 2002.

_____. **Educação e Diversidade Étnico-cultural**.Educação em foco, Belo Horizonte, n.04, p.21-27, 2000. Disponível em:

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Diversidade-na-educaCAo-reflexOes-e-experiEncias_Marise_Ramos.pdf#page=69>. Acesso em: 24 de abr. de 2018.

_____. **Cultura Negra e Educação.** Revista brasileira de educação, Belo Horizonte, n.23, p.75-85, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**.Rio de Janeiro: Dp&a editora. 2006.

LEITE. Maria Aparecida. **Diversidade Cultural no contexto escolar.** 21.ed., Itaporanga, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5737/1/PDF%20-%20Maria%20Aparecida%20Leite.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2018.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. 2016; 2.ed. Vitória: Coleção Canaã.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão Escolar O Que? Por que? Como fazer?**, São Paulo: Moderna, 2006. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em 30 de abr. 2018.

MELO, Thiago da Silva. **Formação de professores para a diversidade étnico-racial**. Guarulhos, v.3, n.1, p.07-31, maio. 2011. Disponível em: < https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/download/450/383.> Acesso em: 30 de abr. 2018.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de.**Formação de professores para a diversidade étnico-racial**.Olh@res,Guarulhos, v.3, n.1, p.07-31, Maio. 2015. Disponível em < http://www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/viewFile/368/120>.Acesso em 30 de abr. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 1983; 4.ed. São Paulo: Cortez.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Análise jurídica dos benefícios assistenciais

BESSI Amanda S[1], SAITER Jaqueline C[2]

RESUMO

Neste trabalho iremos falar sobre o Benefício Assistencial, também chamado de Benefício da Prestação Continuada, que é a concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e consiste em dar um salário mínimo para pessoas que sejam deficientes físicas ou mentais, e idosos acima de 65 anos de idade. Os assistidos são abordados no Decreto Presidencial nº 1.744/95 e pelo artigo 203º da Constituição Federal. Esses dispositivos tratam do Benefício Assistencial em si, mas este possui também legislação própria, a lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742 de 1993. Além disso, neste trabalho, será tratado sobre o conceito de deficientes para o Direito Civil, uma vez que o conceito de incapacidade para o direito civil é diferente do adotado pelo Benefício Assistencial no INSS. Por fim, será abordada a problemática acerca da miserabilidade, que se encontra em um dos requisitos para concessão do Benefício Assistencial, que é possuir renda *per capita* familiar inferior a um quarto do salário mínimo, fazendo-se necessário a análise de cada caso concreto.

Palavras-chave. Dignidade da Pessoa Humana. Benefício Assistencial. Incapacidade civil.

ABSTRACT

In this work we will talk about the Assistential Benefit, also called Benefício da Prestação Continuada, which is the concretization of the Principle of the Dignity of the Human Person, and consists in giving a minimum wage to people who are physically or mentally handicapped, and elderly people over 65 years of age.The assisted people are approached in the Presidential Decree nº 1.744/95 and in article 203 of the Federal Constitution. These provisions deal with the Assistance Benefit itself, but it also has its own legislation, the Organic Law of Social Assistance No. 8.742 of 1993.Moreover, in this work, it will be dealt with the concept of handicapped people for Civil Law, since the concept of disability for civil law is different from that adopted by the Assistance Benefit in INSS. Finally, the problem of miserability will be addressed, which is in one of the requirements for granting the Assistential Benefit, which is to have per capita family income below a quarter of the minimum wage, making it necessary to analyze each concrete case.

Keywords. Dignity of the Human Person. Assistance Benefit. Civil incapacity.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

INTRODUÇÃO

Neste presente artigo iremos tratar sobre o Benefício Assistencial, este auxilio encontra-se previsto no art. 1º da lei 8.742/93, e nada mais é que uma provisão do estado, com o propósito de prestar uma assistência social, concedendo o mínimo social a fim de suprir as necessidades básicas do cidadão, e como efeito concretizar o princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana.

Para ser destinatário deste benefício deve-se enquadrar em alguns dos casos elencados no Decreto do Presidente da República de Nº 1.744/95 nos seus artigos 2º, II, 3º e 4º, ou seja, a pessoa precisa possuir deficiência física ou mental, ou ser idosos com 65 anos ou mais.

Ora, é importante mencionar que o idoso detém legislação própria, o Estatuto do Idoso a lei de nº 10.741/2003, bem como os portadores de deficiência, que dispõem do decreto de nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e também no Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei de nº 13.146/2015, e ambos serão citados no decorrer deste artigo.

Porém, juntamente com esse tema surge à problemática da miserabilidade, que aborda o questionável aumento do desemprego e a procura por trabalhos informais, em famílias que possuem integrantes a quem foi concedida esta assistência do estado.

Todavia, esta temática tem grande relevância, visto que o benefício assistencial é, também, uma forma de proteção social do brasileiro, e principalmente está em conformidade com a Constituição Federal, alcançando as pessoas que mais enfrentam dificuldades em viver uma vida independente, por possuírem alguma deficiência ou simplesmente por ser idoso.

No decorrer, iremos explicar mais sobre a sua origem na seguridade social, assim como dissertar sobre deficientes e a incapacidade no direito civil. Ainda, iremos analisar as previsões legais do benefício assistencial e dos seus destinatários. E por último, dissertar acerca da miserabilidade, anteriormente citada.

Sendo assim, pode-se dizer que esta pesquisa partirá de uma questão generalizada, ou seja, o benefício assistencial e suas peculiaridades, para uma questão particularizada, neste caso, a problemática da miserabilidade que atinge as famílias.

Por fim, este presente artigo tem como principal desígnio propiciar a maior familiaridade da sociedade com o assunto, atentando para torná-lo mais compreensível.

- Considerações gerais sobre a Seguridade Social

A Constituição Federal de 1988 traz um rol de princípios constitucionais e direitos fundamentais que visam o bem de uma sociedade. Um princípio fundamental, de extrema importância, que será abordado neste trabalho é o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, definido por Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p.60) como “a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade”.

Além do mais, podemos complementar também que este direito é um fundamento do Estado Democrático de Direito, por se encontrar previsto no inciso III, do art. 1 º, da Constituição Federal, juntamente com a soberania, cidadania, e outros: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamento: [...] III - a dignidade da pessoa humana; [...].”

Cabe ressaltar, ainda, que, assim como a cidadania, a sua previsão garante ao homem o direito de ter a sua a dignidade respeitada pela sociedade. Assim se encontrando a dignidade humana também como princípio base no ordenamento

[1] Aluna do Curso de Direito da Faculdade Novo Milênio, Vila Velha-ES.
[2] Professora Mestre Orientadora do Curso de Direito da Faculdade Novo Milênio, Vila Velha-ES

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

jurídico pátrio, sua violação poderia ocasionar uma vulnerabilidade no regime jurídico.

Verifica-se que uma das formas de concretização deste princípio é por meio do Benefício Assistencial que será apresentado nos próximos tópicos, pois tem como objetivo, também, garantir a dignidade humana. Porém, antes mesmo de tratar do benefício assistencial, e para sua melhor compreensão, é necessário falar sobre a Seguridade Social, que é da qual se origina.

O ponto de partida para o surgimento da Seguridade Social deu-se devido à problemática desigualdade presente na sociedade. Em decorrência disso, criou-se um Estado que busca atender as diversas demandas da sociedade, pela busca de uma igualdade maior para todos.

Este acontecimento culminou no surgimento do Estado de Bem-Estar Social, que trata da previdência social, saúde, assistência a pessoa, e é também o objetivo da Seguridade Social em seu grau máximo, ou seja, a proteção social.

O escritor Miguel Horvath (2005, p.19-20) identificou, no século XX, alguns episódios que comprovam a evolução da Seguridade Social: "Em 1917, a promulgação da Constituição do México que, em seu artigo 123, previa o seguro social; em 1919, a promulgação da Constituição de Weimar / Alemanha; em 1935 nos Estados Unidos o Pres. Roosevelt criou a seguridade social".

Assim, constatou-se que a Seguridade Social fez-se presente ao redor do mundo, nas mais diversas constituições, sempre com o mesmo objetivo. E ainda neste sentido, Sergio Martins (2004, p.31-32), de forma mais especifica, detectou no Brasil, o desenvolvimento da Seguridade social: "Na Constituição de 1824, o art. 179 preconizava a formação dos socorros públicos; a Constituição de 1891, a primeira a conter a expressão "aposentadoria"; em 1923, o Decreto n° 4.682[...] foi a primeira norma a instituir no Brasil a previdência social".

Claro está que este desenvolvimento foi um grande marco para o Brasil, pois segundo Miguel Horvath Júnior (2005, p.39) "deixou de ser um Estado previdência que garante apenas proteção aos trabalhadores para ser um Estado de Seguridade Social que garante proteção universal à sua população".

Assim, é de grande relevância tratar sobre o conceito de Seguridade Social, para melhor compreensão. É definido por Sergio Martins (2004, p.44) como "Um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias".

Isto é, Seguridade social representa a junção das ações nas áreas da Saúde, da Assistência Social e da Previdência social, de competência do Estado, sempre em prol da sociedade. Todavia, neste trabalho, o destaque está na Assistência Social, uma obrigação do Estado, que deve ter suas políticas reguladas por princípios como universalidade e igualdade, que são fundamentos que integram a Carta Magna.

De fato, uma das formas que a Assistência Social se manifesta é por intermédio do Benefício Social, objeto de estudo deste trabalho, que foi estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei n.º 8.742/199310) que tem como público alvo deficiente físico ou mental, e idoso de 65 anos ou mais.

Vale lembrar, que o Benefício Assistencial e a definição dos seus destinatários possuem previsão também no artigo 203, da Constituição Federal de 1988, e no Decreto 1.744/95 que serão citados neste artigo. Acerca dos destinatários, será abordada a diferença no conceito de deficiente para o Direito Civil em relação ao conceito utilizado pelo INSS.

- Conceito de Benefício Assistencial

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

O Benefício Assistencial é também chamado de Benefício da Prestação Continuada, pois tem o objetivo de garantir um salário mínimo para a classe dos necessitados. E conforme o artigo 1º, da Lei 8.742, de 1993, in verbis:

> Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Portanto, vemos que a garantia deste direito virá como auxilio nas despesas básicas deste grupo de deficientes e idosos, porque se encontram debilitados devido a uma deficiência física ou mental, ou pela idade avançada, impossibilitando, assim, que exerça suas atividades cotidianas, como trabalhar.

Igualmente, para uma compreensão mais clara, é pertinente fazer uma diferenciação entre o Benefício Assistencial e o Benefício Previdenciário, que costumam ser uma problemática no processo de compreensão do tema. O primeiro benefício, segundo Jose Afonso da silva, é:

> A face universalizante da seguridade social, porque "será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição" (art. 203). Nela é que, também, assenta outra característica da seguridade social: a solidariedade financeira, já que os recursos procedem do orçamento geral da seguridade social e não de contribuições específicas de eventuais destinatários (art. 204), até porque estes são impersonalizáveis a priori, porquanto se constituem daqueles que não dispõem de meios de sobrevivência: os desvalidos em geral (SILVA, 2008, p.310-311).

Isto é, como o próprio art. 203 da Constituição Federal nos diz, o Benefício Assistencial independe de contribuição da pessoa a ser beneficiada por esta assistência.

O Segundo Benefício é definido por Fabio Zambitte Ibrahim (2006 p.18-19): "a previdência social é compulsória. Porém a sistemática é a de um seguro, à proteção que a clientela protegida verte contribuições com o intuito de resguardar-se contra alguns eventos." Ou seja, o Benefício Previdenciário é assegurado aos que contribuíram para com o Estado. Fábio Zambitte ainda complementa que:

> Não é benefício previdenciário devido à sua lógica de funcionamento: não carece de contribuição do beneficiário, bastando a comprovação da condição de necessitado. Veio substituir a renda mensal vitalícia, que era equivocadamente vinculada à previdência social, em razão de seu caráter evidentemente assistencial (IBRAHIM, 2006, p.12).

Logo, concluímos que o abono do Benefício Assistencial constitui clara manifestação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, ao conceder o direito de assistência aos necessitados, independentemente de sua contribuição, apenas com a comprovação da sua condição.

- Destinatários do Benefício Assistencial

Acerca dos Destinatários do Benefício Assistencial, o Decreto do Presidente da República Nº 1.744/95 traz a seguinte informação nos seus arts. 2º, 3º e 4º:

> Art. 2º Para os fins deste Regulamento, considera-se:
>
> I - família: a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes;
>
> II - pessoa portadora de deficiência: aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho;
>
> III - família incapacitada de prover a manutenção de pessoa portadora de deficiência ou idosa: aquela cuja renda mensal de seus integrantes, dividida pelo número destes, seja inferior ao valor previsto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993.
>
> Art. 3º A condição de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao recebimento do benefício.
>
> Parágrafo único: Entende-se por condição de internado, para efeitos do caput deste artigo, aquela relativa a internamentos em hospitais, asilos, sanatórios, instituições que abriguem pessoa portadora de deficiência ou instituições congêneres.
>
> Art. 4º São também beneficiários os idosos e as pessoas portadoras de deficiência

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

> estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, desde que não amparados pelo sistema providenciarão do pais de origem.

A estas pessoas que se encontrarem nas situações elencadas no Decreto, o artigo 203, inciso V, da Constituição Federal traz uma previsão: "a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a Lei." Ainda, Paulo Afonso Brum Vaz e José Antônio Savaris discorrem que:

> Trata-se de uma prestação pecuniária mensal, no valor de um salário mínimo, devido à pessoa idosa ou portadora de deficiência, hipossuficientes, que comprovem tal situação, cujo caráter é alimentar ou de subsistência. Na dicção constitucional, é garantido quando comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (VAZ; SAVARIS, 2009, p.255-256).

Contudo, ao analisarmos a doutrina e a Lei aqui citadas, vemos que ambas têm o mesmo conteúdo, qual seja a possibilidade do direito ao Benefício Assistencial, concedido aos necessitados, que sejam deficientes físicos ou mentais e idosos com 65 anos ou mais, que comprovarem a sua incapacidade de se manter financeiramente. Ainda o Decreto 1.744/95 traz a seguinte previsão:

> Art. 1º O benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com setenta anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Porém, apesar da previsão extremamente relevante deste artigo, à idade de 70 anos que se encontra no mesmo, deve ser desconsiderada, uma vez que no dia 1º de janeiro de 2004, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, estabeleceu que tivesse direito ao Benefício Assistencial a pessoa que alcançar os 65 de idade.

- Previsão legal do Beneficio Assistencial

Como já citado, o Benefício Assistencial possui previsão na Constituição Federal, no artigo 203:

> Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
>
> I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
>
> II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
>
> III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
>
> IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
>
> V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O *caput* do artigo 203 faz referência à Assistência Social e à Seguridade Social, que foram citados no decorrer deste trabalho, e finaliza com os objetivos desse benefício.

Além disso, o Decreto 1.744/95 traz uma série de atribuições acerca do Benefício da Prestação Continuada e dos seus beneficiários no capitulo I; da Habilitação, do Indeferimento, da Concessão, da Representação e da Manutenção no capítulo II; do Acompanhamento e Controle no capítulo III; da Renovação no capítulo V; e por fim, Disposições Gerais no capítulo IV; que se encontram distribuídos do art. 1º ao 45º.

O Benefício Assistencial possui também legislação própria, regulamentadora, a Lei Orgânica de Assistência Social de nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a sua organização e providencias.

- O deficiente e a incapacidade para o Direito Civil

Em um primeiro momento, vemos que o conceito de incapacidade tratado na área cível é diferente do conceito de deficientes adotado pelo Benefício Assistencial no

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

INSS, Instituto Nacional de Seguro Social. Silvio de Salvo Venosa traz a seguinte definição a respeito de Incapacidade para o Direito Civil:

> A finalidade da curatela é principalmente conceder proteção aos incapazes no tocante a seus interesses e garantir a preservação dos negócios realizados por eles com relação a terceiros. (...) O principal aspecto é o patrimonial, pois o curador protege essencialmente os bens do interdito, auxiliando em sua manutenção e impedindo que sejam dissipados. Nesse sentido, fica realçado o interesse público em não permitir que o incapaz seja levado à miséria, tornando-se mais um ônus para a Administração (VENOSA, 2003, p 424).

Podemos dizer que para o Direito Civil, ao ser decretada a incapacidade civil, a pessoa fica impossibilitada de administrar seu patrimônio, nestes casos se nomeia um curador.

Já para o INSS só será concedido o Benefício Assistencial se comprovada que a pessoa é incapacitada para trabalhar, e para ter uma vida independente. A mesma forma de análise se utiliza no conceito de deficiente, o benefício só será concedido se a pessoa não for capaz de realizar simples atividades do dia a dia.

Além disso, o Direito Civil considera incapacidade "a falta de aptidão para praticar pessoalmente atos da vida civil. Encontra-se nessa situação a pessoa a quem falte capacidade de fato ou de exercício, ou seja, que esteja impossibilitada de manifestar real e juridicamente a sua vontade" (GAGLIANO E FILHO, 2017, p.48) é o caso dos deficientes mentais.

Se tratando de deficientes físicos, no âmbito da concessão do beneficio assistencial, cada caso deverá ser analisado com cautela, levando em consideração a grande variedade de deficiências, com previsão no decreto de nº 3298 de 20 de dezembro de 1999.

Enfim, é relevante mencionar que o deficiente, atualmente, possui o próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei de nº 13.146/2015, que trouxe uma importante revolução jurídica para esta classe.

- *Problemática acerca da miserabilidade*

O texto do art. 203 da Constituição Federal, gira em torna da condição de miserabilidade, pois prevê que só terá direito a assistência aquela que necessitar. Em decorrência desta previsão surge uma discussão em relação ao conceito de necessidade, que embora não seja preciso, é utilizado como critério para anuência do benefício à pessoa se enquadrar nos critérios que a lei definir.

Um dos critérios de concessão do Benefício, encontra-se previsto no art. 20, §3º da lei 8. 472/93, que é possuir renda per capita familiar inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Em decorrência desta limitação, famílias sujeitam-se a situações como o desemprego para ter o direito ao benefício, sendo submetidos, então, a viver uma condição de miserabilidade (COLONHEIS, 2011).

Porém, necessário se faz ter uma análise detalhada de cada caso, para assim se chegar à conclusão se é necessário conceder o benefício à pessoa. Pois em determinados casos a família possui um grande número de pessoas dispostas a trabalhar, onde apenas um salário não atenderia as necessidades básicas de cada membro (COLONHEIS, 2011).

Assim, claro está que problemática acerca da miserabilidade, previsto na lei, estimula o desemprego, além da busca pelo trabalho informal, por temerem pela perda do benefício, colaborando indiretamente para conceituação do que seria necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho vimos que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana tem diversas formas de ser aplicado, e uma delas é por meio da Assistência Social que presa pela universalidade e igualdade, e

tem como espécie o Benefício Assistencial, no valor de 1 (um) salário mínimo, que visa atender portadores de deficiência e idosos com 65 anos ou mais.

Um dos critérios para concessão deste benefício é possuir renda mensal per capita inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, isso ocasiona a problemática em questão, a miserabilidade, que deve ser comprovada.

Ocorre que, para se atestar essa necessidade, muitas das vezes as famílias são submetidas à pobreza por permanecerem no desemprego, e até mesmo abandonar trabalhos formais, por temerem a perda deste direito, persistindo mesmo após a concessão do benefício.

Entende-se que indiretamente há um estímulo ao desemprego e aos trabalhos informais, sendo necessário que a lei disponha sobre a miserabilidade, e forma que esta será analisada em cada caso concreto, respeitando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Além disso, análise deste Benefício é de grande importância para o Direito, pois esclarece aos profissionais que pretendem atuar na área que este Benefício Assistencial não constituiu um benefício previdenciário, pois independe de contribuição, cabendo ao INSS analisar cada caso para concedê-lo.

Concluímos, então, que a concessão deste benefício é de grande relevância social, pois vem com o objetivo de ser um auxílio para se suprir necessidades básicas, de pessoas que devido a uma deficiência ou idade avançada encontram-se impossibilitadas de levar uma vida independente. Porém, é importante que se faça uma análise de cada caso, para assim evitar o problema da miserabilidade.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

GAGLIANO, P.S.; FILHO, R.P.; Pessoa Natural; Incapacidade Absoluta. **Manual de Direito Civil**. 2017; São Paulo: Saraiva. V. único. P. 48.

https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5787/A-dignidade-da-pessoa-humana-como-principio-absoluto> acessado em: 24/04/2019.

https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129105/decreto-1744-95> acessado em: 03/05/2019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>acessado em: 03/05/2019

http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima6/TCC-Jose-Colonheis-JUL2011.pdf>acessado em: 17/04/2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>acessado em: 12/11/2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>acessado em: 12/11/2020

HORVATH Júnior, Miguel. **Direito Previdenciário**. São Paulo: QuartierLatin, 2005. p. 19-20.

HORVATH Júnior, Miguel. **Direito Previdenciário**. São Paulo: QuartierLatin, 2005. p. 39.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2006. p. 18–19.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2006. p. 12.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 31-32.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 44.

SARLET, Ingo Wolfgang**. A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.p.60.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2008. p. 310–311.

VAZ, Paulo Afonso Brum; SAVARIS, José Antônio. **Direito da Previdência e Assistência Social: Elementos para uma Compreensão Interdisciplinar**. 1. ed. São José, SC: Editora Conceito Editorial, 2009. p. 255-256.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito de Família**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 424.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

AS PRÁTICAS DE ALFORRIAS NO ESPÍRITO SANTO (SÉCULO XIX)

Rafaela Domingos Lago[6]

RESUMO

Este trabalho versa sobre os padrões de alforrias na região central da Província do Espírito Santo entre 1871 e 1888. Pretendeu-se dar destaque a ação dos escravos – que tinham assegurada a liberdade caso obtivessem pecúlio suficiente para pagar por ela a partir de 28 de setembro de 1871 –, às redes de solidariedade que se formaram em torno das manumissões e as estratégias dos senhores nas "concessões" de cartas num momento de desagregação do sistema escravista. Para tanto foram analisadas as práticas de alforrias registradas em vinte e um livros do cartório do segundo ofício de notas do Juízo de Vitória. As informações baseiam-se em amostra de 155 cartas de liberdade contendo 171 escravos alforriados. Os estudos de alforrias na Província do Espírito Santo engrossam as fileiras de trabalhos que refutam a ideia de um padrão único de alforrias para todo o Brasil e chamam atenção para a diversidade de características das manumissões, que variam de acordo com o lugar e período em foco.

Palavras-chave: cartas de alforria, Província do Espírito Santo, século XIX.

ABSTRACT

This work deals with the patterns of manumission in the central region of the Province of Espírito Santo between 1871 and 1888. It was intended to highlight the action of the slaves - who had secured freedom if they obtained enough money to pay for it from September 28 of 1871, to the networks of solidarity that were formed around the manumissions and the strategies of the lords in the "concessions" of letters at a time of disintegration of the slave system. For that, the practices of manumission recorded in twenty-one books of the notary's office of the second office of notes of the Judgment of Victory were analyzed. The information is based on a sample of 155 letters of freedom containing 171 freed slaves. The studies of manumissiones in the Province of Espirito Santo increase the number of jobs that refute the idea of a single standard of manumission for the whole Brazil and call attention to the diversity of manumission characteristics, that vary according to the place and period in focus.

Keywords: Letters of manumission, Province of Espírito Santo, nineteenth century.

[6] Doutora em História pelo PPGHis da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Faculdade Novo Milênio.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

Este trabalho objetiva analisar as práticas de alforrias registradas em vinte e um livros do cartório do segundo ofício de notas do Juízo de Vitória. As informações baseiam-se em amostra de 155 cartas de liberdade contendo 171 escravos alforriados.[7] Foram pesquisadas todas as cartas registradas nos Livros de Notas do Tabelião entre 1870 e 1888, que se encontram em bom estado de preservação até os nossos dias. Vale informar que, por se constituir-se em costume adotado e não em obrigação legal,[8] as cartas não representam a totalidade das alforrias concedidas na região.

Importa destacar, ainda, que as alforrias documentadas no segundo ofício de notas não dizem respeito apenas aos cativos que residiam com seus senhores na freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Alguns papéis com manumissões registrados nos livros do tabelião pertenciam a proprietários de escravos de São João de Cariacica e São José do Queimado.[9] Havia também aqueles senhores que vinham de municípios vizinhos, outros mais distantes, ou que enviavam procuradores para representá-los na feitura da carta de liberdade em cartório de notas da cidade de Vitória. Refiro-me a moradores das regiões de Itapemirim, Vila do Espírito Santo, Vila de Viana, Nova Almeida, Linhares, Guarapari, Serra e Itapirica.[10]

Vejamos, a começar, a distribuição etária dos escravos alforriados e a relação com gênero na região central de Vitória entre 1870 e 1888.

Do total de cativos alforriados, em 60,9% dos casos (104) foram registradas as idades. A maioria dos libertos situa-se entre 12 e 35 anos (28,1%). Na sequência destaca-se a faixa etária entre 36 e 50 anos (13,5%). Juntas, as idades em que os escravos são mais produtivos em termos de trabalho, ou seja, entre 12 e 50 anos, correspondem a 41,6% do total de escravos alforriados. Ao considerarmos apenas o percentual de escravos em que consta a idade no documento tal número representaria 68,2%. Os escravos entre 0 e11 anos contabilizam 11,7%. As duas idades menos frequentes nas cartas estão entre 51 e 60 (4,1%), e acima de 60 anos (3,5%).

Em pesquisa com semelhante fonte e recorte temporal, Geraldo Antonio Soares (2006) já havia encontrado para a freguesia de São João de Cariacica, termo de Vitória, parecida proporção. Dos 43 registros de cartas de liberdade referentes à alforria de 52 escravos, o pesquisador observou a seguinte distribuição por faixa de idade: entre 12 e 35 anos, 15 pessoas; entre 36 e 50 anos, 11 pessoas; entre 0 e 11, 51 e 60 e mais de 60, apenas uma pessoa em cada faixa. Sendo que, para 23 libertos não havia registro de idade (SOARES, 2006, p. 117).

Os estudos de alforrias na Província do Espírito Santo engrossam as fileiras de trabalhos que refutam a ideia de um padrão único de alforrias para todo o Brasil e chamam atenção para a diversidade de características das manumissões, que variam de acordo com o lugar e período em foco.

Ao revisar uma série de estudos de alforrias no Brasil, Jacob Gorender (1992), na década de 1970, concluiu que, em relação à idade, havia um padrão de liberdades marcado pelo alto percentual de velhos e inválidos manumitos. Anos depois, Kátia Mattoso (1982, p. 186) em sua obra *Ser escravo no Brasil* escreveu sobre o que chamou de "exageradas" as denúncias de contemporâneos da escravidão, no sentido de que eram "descartados os escravos não produtivos". Segundo Mattoso "toda uma literatura brasileira" descreveu os velhos como "abandonados, a mendigar à porta das

[7] Dos 155 registros, nove envolviam libertação de mais de um escravo, totalizando 171 manumissões.
[8] Cf.: GONÇALVES, Andréa Lisly. As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011 [recurso digital], p. 102.
[9] O município de Vitória era composto pelas freguesias Nossa Senhora da Vitória, São José do Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina e Santa Leopoldina. (IBGE. Censo do Brasil, 1872).
[10] As quantidades de cartas que tratam de moradores de outras regiões além do município de Vitória são quatorze: quatro de Itapemirim, uma de Itapirica, duas da Vila de Viana, uma da Vila da Serra, uma da Vila de Guarapari, duas da Vila de Linhares, duas da Vila de Nova Almeida e uma da Vila do Espírito Santo.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

igrejas, doentes, cegos e aleijados", reduzidos ao apelo à caridade pública. No entanto, para a pesquisadora, estudos comprovam que "o percentual de alforriados idosos em parte alguma ultrapassou 10% do total".

Nos documentos reunidos por Geraldo Soares e nas fontes analisadas neste trabalho não foi encontrado nenhum caso em que se especificasse o estado de saúde do liberto. Aliás, quando havia maiores informações era a respeito da profissão e capacidade de trabalho. É o caso da liberta Francisca,[11] preta de 52 anos de idade, solteira e natural da Província, "capaz de qualquer trabalho de lavoura" e da parda Roza,[12] de 22 anos, definida pelo proprietário como "de boa aptidão para o trabalho."

Dos treze alforriados acima de cinquenta anos de idade, sete eram mulheres e seis homens. Seis manumissões foram pagas. Nesses casos o valor variava consideravelmente e era, na maioria dos casos, estipulado conforme o preço de mercado. Lucinda, de avançada idade, teve que pagar a quantia mais elevada desse conjunto, 300$000 réis. Nas palavras do Tabelião, a escrava de 62 anos encontrava-se naquele momento "bem e desembaraçada". Em outras cartas constava valor inferior, o mais baixo era de 50$000 réis. Em todos os casos o pagamento fora feito pelos próprios escravos, provavelmente proveniente de economias obtidas pelo trabalho realizado durante boa parte de suas vidas.

Em se tratando do sexo, as mulheres representam 67,2% das liberdades. Em praticamente todas as faixas de idade eram a maioria. Entre 0 e 11 e 36 e 50 anos somavam mais que o dobro dos homens. As diferenças, contudo, são mínimas entre 51 e 60 e nenhuma acima de 60. Interessa destacar, no entanto, pequena discrepância entre 12-35 anos, quando mulheres e homens encontravam-se no auge de seu vigor físico.[13] Mais uma vez dialogamos com proximidade dos dados oferecidos por Geraldo Soares, que identificou a participação das mulheres em 57,7% das alforrias.

A sobre-representação de mulheres alforriadas condiz com o padrão de alforrias verificado na maioria dos estudos realizados no Brasil imperial. Na Comarca de Ouro Preto, Andréa Lisly Gonçalves (2011) encontrou durante todo o período em análise (1800-1870) o predomínio de alforrias femininas. Kátia Mattoso (2004) identificou entre 1819 e 1888 proporção em torno de um homem para cada duas mulheres alforriadas. Para a historiadora tal padrão se deve ao fato de elas serem consideradas menos produtivas por possuírem menor resistência física e por seu preço ser menor que o do escravo do sexo masculino. A preferência por alforriar mulheres guardaria então relação com a própria preferência pelos escravos homens.

Andréa Lisly (2011) observou em diversos estudos que buscavam explicações para o comportamento de boa parte das variáveis associadas às manumissões conclusões não discrepantes. Segundo a pesquisadora as mulheres seriam favorecidas no momento da manumissão por predominarem no ambiente doméstico, pelos vínculos pessoais e afetivos mantidos com suas senhoras/senhores, por demonstrarem um comportamento mais subserviente em relação aos homens – atendendo, assim, a expectativa dos proprietários de transformarem o liberto em dependente – e, finalmente, por serem menos imprescindíveis nas atividades produtivas.

No caso das escravas que residiam em Vitória podemos acrescentar o fato de a região constituir-se em meio urbano, o que

[11] Carta de Alforria (18/9/1874). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 51, folha 33. (Imagem 1416)

[12] Carta de Alforria (5/1/1886). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 62, folha 52 v. (Imagem 3731).

[13] Interessa lembrar que no período analisado a mulher escrava não mais reproduzia filhos de mesma condição jurídica por conta da Lei do Ventre Livre.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

facultaria a muitos escravos, inclusive mulheres, a reunião da soma de dinheiro exigida pelo proprietário para a compra da alforria. Havia, portanto, oportunidades oferecidas pela economia urbana que ocupava um número significativo de pessoas do sexo feminino. Tal fator é importantíssimo no caso das alforrias pagas, que demonstram as possibilidades da escrava de acumular um pecúlio, ainda no cativeiro, no caso do auto pagamento, ou nas condições de pagamento futuro, de reunir os recursos necessário para saldar a dívida para com o seu ex-senhor. Tais fatores são fundamentais para explicar no presente estudo o fato de as mulheres representarem 68,4% das alforrias. Ou seja, mais do que o dobro das liberdades pagas em dinheiro no Termo de Vitória. Basta retomarmos, como exemplo, o caso da já citada Glaudemira, escrava solteira de 25 anos, que pagou sua liberdade, e a de suas filhas Maria e Izidora, de 5 e 2 dois anos de idade, respectivamente.[14] Por uma quantia de 1.400$000 réis.

Ao investigar o parentesco ritual de escravos em Vitória, Rafaela Lago (2013) observou algo peculiar à região, a presença de madrinhas em praticamente todos os registros de batismo, com número considerável tanto de livres quanto de escravas. A hipótese era que o papel desempenhado pelas mulheres ultrapassava a lógica dos cuidados maternos para com os afilhados e sinalizava a importância política delas na sociedade em questão. De acordo com Adriana Dantas Reis Alves (2010), em muitas circunstancias as mulheres escravas adquiriam mais bens e acesso a condições favoráveis de sobrevivência do que os homens. Aloiza Delurde de Jesus (2009, p. 150-151), ao trabalhar com autos criminais, observou casos de relações amorosas entre cativas e homens livres como um dos caminhos possíveis de ascensão das escravas que circulavam na cidade de Vitória. Consoante, acreditamos comprovar também através das cartas de alforria a importância das mulheres numa sociedade escravista como a capixaba do Oitocentos, com destaque para o papel de construtoras de suas histórias e peças fundamentais na ascensão social de suas famílias.

Ao relacionar a alforria paga com gênero, encontramos mais que o dobro das alforrias conquistadas pelas escravas. Ou seja, é incontestável o fato que o grupo feminino detinha as melhores condições de arcar com as despesas de sua própria alforria, pelos motivos que já foram discutidos anteriormente.

Considerável número de alforrias pagas em dinheiro foram conquistadas aos poucos. Não era incomum escravos que compravam parte de sua liberdade, tendo que economizar por um tempo a fim de obter o restante do valor para, então, gozar de forma plena, de sua liberdade. Tratava-se do escravo coartado. Segundo Eduardo França Paiva (1995), a coartação consistia em uma autocompra regida por um acordo verbal estabelecido entre senhor e escravo ou por um documento assinado pelo proprietário, que poderia ou não ser registrado em cartório. Na carta, as bases do acordo eram explicitadas, como o valor acertado, a periodicidade dos pagamentos, a delimitação da região por onde o coartado poderia andar à procura de trabalho e as penas a serem aplicadas caso o acordo não fosse rigorosamente cumprido pelo futuro liberto, que poderia seria reconduzido ao cativeiro e os pagamentos já efetuados seriam considerados jornais devidos.

Na carta do escravo Manoel[15] podemos acompanhar a gradual conquista de sua liberdade, inclusive os cálculos das prestações anotadas pelo senhor Marcelino Muniz. Em agosto de 1870, aos 35 anos, o mulato Manoel, filho da escrava Vitória, recebeu sua tão almejada carta de alforria. Antes disso, contudo, já havia investido em sua liberdade. Há aproximadamente dez

[14] Carta de Alforria (4/6/1872). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 48, folha 14. (Imagem 7915).

[15] Carta de Alforria (12/8/1870). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 45, folha 40. (Imagem 7569).

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

anos da feitura do registro (1860), Manoel pagou parte de sua manumissão a Marcelino Pereira da Costa Muniz. Era a quantia de 400$000 réis, que fora anotada em um "papel de trato". Passados alguns bons anos, o senhor registrou no documento ter resolvido "conceder-lhe plena liberdade no valor de 1:000$000. Segundo o mesmo, a diferença foi paga com os juros da lei vencidos da referida quantia paga no espaço de dez anos, perfazendo o valor de 640$000 réis, e o restante, 360$000 réis, recebeu das mãos de Manoel. Naquele momento, conferiu-lhe, finalmente, plena liberdade para ser gozada como se de ventre livre houvesse nascido.

Não sabemos se o valor de 1:000$000 fora o acordado no "papel de trato" pelo proprietário do escravo ou se ele diminuiu a quantia com o passar dos anos. Apesar do preço parecer adequado ao de mercado, é o que dá a entender quando afirma ter resolvido conceder ao escravo a liberdade por tal valor. Não há dúvidas de que a liberdade comprada por Manoel representava sua conquista por excelência.

No entanto, o elevado valor de um escravo (homem adulto) impediu muitos, se não a maioria, de constituir pecúlio adequado à auto aquisição, convertendo-se em barreira quase intransponível para a conquista legal da liberdade. Segundo Manolo Florentino (2002, p. 17), ao variarem de acordo com o sexo e à idade, os preços altos tornavam menos distantes do mundo dos livres às mulheres velhas, meninas, meninos, homens velhos, mulheres adultas e homens adultos, nessa ordem.

Diferente e também exemplar é a carta de liberdade da escrava Theresa,[16] registrada em outubro de 1874. Nela, Raphael Pereira de Carvalho relatou o fato de sua escrava ter se apresentado a ele com suas filhas nascidas na fazenda de sua propriedade, de nomes Joaquina e Laurinda, dizendo "que tinha dinheiro para obter a sua e a liberdade das ditas suas filhas" e que assim queria que seu proprietário "abrisse preço" para lhe conceder a liberdade, já que possuía "direito que em taes circunstancias a Lei lhes concede".

Theresa estava se referindo à lei de 28 de setembro de 1871, tratada em capítulo anterior, que abria espaço para que todo escravo que possuísse uma quantia reunida na forma de pecúlio alcançasse a liberdade independente da vontade senhorial. Tal lei institucionalizou o chamado direito de auto compra da liberdade por parte dos cativos. Convencionado e fixado[17] "o preço pela liberdade da dita escrava Theresa e suas filhas Joaquina e Laurinda na quantia de 1:350$000," Raphael recebeu o valor ao fazer o registro da carta de alforria. Depois de "embolsado o valor que por convenção foi dado a referida preta Theresa e suas duas filhas Joaquina e Laurinda", o senhor conferiu plena e completa liberdade para que a família gozasse a partir daquele momento e "para sempre como se de ventre livre tivessem nascido".

Os dados encontrados na análise das cartas de alforria convergem com a investigação realizada por Michel Dal Col em relação aos processos relativos à liberdade em mesma região. Segundo o pesquisador a maioria deles (82.4%), se concentrara entre 1871 e 1885, sendo o pecúlio dos escravos um dos elementos mais importantes dos processos (COSTA, 2013, p. 87).

Além de mães que se mobilizavam para realizar o sonho de verem os filhos livres, outras pessoas também participavam diretamente de tal empreendimento, formando verdadeiras redes de solidariedade.

O presbítero secular da ordem de São Pedro em Roma, e Vigário de Santa Cruz, Jose Gomes de Azambuja Meireles, afirmou em carta ter "empregado todos os meios possíveis e amigáveis para conseguir a

[16] Carta de Alforria (21/9/1874). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 53, folha 27. (Imagem 1797).

[17] Quando não ocorria acordo entre cativo e senhor quanto ao preço justo para a aquisição da carta de alforria, cabia à Justiça arbitrar o valor.

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

liberdade" da escrava Lydia,[18] de dez anos, pertencente a Frederico Martins de Azambuja Meireles. Segundo ele, o proprietário tinha "caprichosamente recusado todos os recursos que a ele lhe foram propostos" pelo irmão do Vigário, o Doutor Francisco Gomes de Azambuja Meireles. Em seguida, Frederico Martins vendeu a escrava Lydia ao pai do Vigário, Jose Barboza Meireles. Nas palavras dele, "com o fim único de criar um impossível intuito de impedir a liberdade", mas seu pai "reconhecendo a indústria" mandou alforriar a dita escrava também por intermédio de seu irmão o doutor Azambuja. Para libertar a escrava, seu pai lhe cobrou 800$000, que seria descontado da legítima do vigário, que julgou ser o preço "excessivo e uma verdadeira satyra a liberdade requisitada", já que a escrava tinha apenas dez anos. Não sabemos o que estava por de trás do desenrolar da história. A única certeza que temos é a de que, apesar dos empecilhos, o Vigário conseguiu comprar a liberdade da pequena Vitória.

Em 1876 José de Melo Carvalho deu a carta de alforria a três de seus escravos, Joana,[19] Maria[20] e Leonidia.[21] Tal empreendimento só foi possível graças a solidariedade de terceiros. Joana foi a primeira delas. Com idade de oito anos, cor preta e natural da Província, era filha da escrava Clemência. O senhor lhe conferiu plena liberdade por quantia de 400$000, recebida da senhora Feliciana Maria do Rosário, madrinha de Joana.

No dia 15 de março, a parda Maria, também natural da Província, solteira de quarenta e quatro anos de idade e costureira foi liberta pela quantia de 600$000 que recebeu por mão do senhor Francisco da Rocha Tagarro. E por fim, no dia 8 de março a escrava com serviço de lavoura, Leonidia, de trinta anos, recebeu plena liberdade pela quantia de 900$000 que recebeu do senhor Manoel Pinto Melo "em atenção a ter-lhe a mesma Leonidia casado com em seo filho."

Outras tantas alforrias foram compradas com a ajuda de conhecidos. É o caso da escrava Rosa,[22] liberta graças ao pagamento realizado pelo "Ilustrissímo Senhor Doutor Manoel Goulart de Souza" de 750$000 ao proprietário João Francisco Fernandes Ribeiro. De Heliodoro,[23] pardo de trinta e oito anos de idade, que contou com o auxílio do Ilustríssimo senhor Anacleto Joaquim Barbosa, com a quantia de 600$000. De Maria, [24] de 30 anos, De Luiz[25] e da africana Esperança,[26] de 51 anos.

A quantidade de alforrias registradas nos livros de notas do cartório de Vitória não chegaram a causar impacto na demografia escrava. Tal constatação não torna o estudo das manumissões menos importante para o presente trabalho. Tal dinâmica fazia parte do sistema escravista no Brasil e revelava os espaços de negociação entre senhores e escravos.

Acredita- se que – para além dos signos em torno dos padrões etários, sexuais, dentre outros que se afirmavam – o predomínio de um tipo ou outro de carta expressava o contexto geral em meio ao qual os escravos buscavam a liberdade. Na província do Espírito Santo, a preponderância da alforria condicional ao longo de praticamente todo o período analisado, e dentro desse universo, as pagas em dinheiro pelos cativos e por indivíduos que compunham suas redes de

[18] Carta de Alforria (8/8/1873). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 50, folha 21 v. (Imagem 984).
[19] Carta de Alforria (28/03/1876). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 52, folha 54. (Imagem 1649).
[20] Carta de Alforria (28/03/1876). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 52, folha 55. (Imagem 1651).
[21] Carta de Alforria (11/4/1876). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 52, folha 56 v. (Imagem 1664).
[22] Carta de Alforria (10/2/1880). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 56, folha 18 v. (Imagem 2453).
[23] Carta de Alforria (14/11/1885). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 62, folha 26 v. (Imagem 3671).
[24] Carta de Alforria (14/4/1880). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 57, folha 9 v. (Imagem 2478).
[25] Carta de Alforria (6/3/1886). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 62, folha 17 v. (Imagem 3787).
[26] Carta de Alforria (23/10/1873). Arquivo do Cartório de 2º Ofício de Notas do Juízo de Vitória. Livro de notas n. 50, folha 37. (Imagem 1044).

Revista Espaço Transdisciplinar
Volume 3 – Número 1 – 2019 – ISSN: 2526-6470

relações, representavam a sobreposição da conquista escrava à mera concessão senhorial, principalmente a partir da Lei de 1871.

De fato, a frequência das cartas compradas expressou a habilidade do escravo na sociedade capixaba do Oitocentos para autonomamente arregimentar recursos e, por conseguinte, obter ganhos políticos na luta pela sua liberdade e a dos seus. Tal autonomia não significou, contudo, ameaça ao controle senhorial, pois o processo da abolição caminhava de forma lenta e gradual.

Fonte:

Livros de Notas do tabelião n. 45 a 65. 2º Ofício.

Referências:

COSTA, Michel Dal Col. *Caminhos da emancipação*: redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo Oitocentista. Dissertação (mestrado) – UFES, 2013.

FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro Oitocentista**. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 9-40, p. 17.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade:** estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011 [recurso digital].

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed., São Paulo: Ática, 1992.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora:** trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871). Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFES, 2009, p. 150-151.

LAGO, Rafaela Domingos. ***Sob os olhos de Deus e dos Homens*:** escravos e parentesco ritual na província do Espírito Santo (1831-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

MATTOSOS, Kátia. ***Ser escravo no Brasil*.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia M. Q. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888) (1976). In: _____. ***Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*:** itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. ***Revista de História***. FFLCH-USP, 2º semestre, 1995, p. 49-57.

SOARES, Geraldo Antonio. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. In: ***Revista Brasileira de História*.** São Paulo, v. 26, nº52, p. 115-140, 2006.